RIO DE JANEIRO A CRISE ENTRE PT E PSB APROFUNDA-SE EM UM ESTADO DECISIVO NAS ELEIÇÕES DESTE ANO. O BOLSONARISTA CLÁUDIO CASTRO SÓ TEM A AGRADECER

ABOLIÇÃO? A IMPUNIDADE ESTIMULA A PROLIFERAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO. APENAS 1% DOS ACUSADOS VAI PARAR NA CADEIA, REVELA PESQUISA DA UFMG

CartaCapital

basset editora

ANO XXVIII Nº 1220 R$ 27,90
10 DE AGOSTO DE 2022
9 771809 669002 01220

ATÉ A ÚLTIMA GOTA

À CUSTA DA INFLAÇÃO, DOS COFRES ESTADUAIS E DA QUEIMA DE ATIVOS, A PETROBRAS FAZ A FESTA DOS MERCADOS

CartaCapital

10 DE AGOSTO DE 2022 • ANO XXVIII • Nº 1220

Abriram as catacumbas. Pág. 20

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

BRUNO ROCHA/AGÊNCIA ENQUADRA/FOLHAPRESS E SONY/COLUMBIA PICTURES

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VIDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César, Natane Pedroso e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
COORDENAÇÃO DE MARKETING DIGITAL: Shirley Tavares
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

DEMOCRACIA IMPOSSÍVEL

O combativo Mino Carta é incisivo na defesa da impossibilidade da democracia no Brasil sem a demolição da casa-grande. Com o assombro corajoso dos jovens, alerta que os acordos não serão possíveis, enquanto a iniquidade social existir do tamanho da indignidade humana. Mino disse isso ao ex-presidente Lula em várias oportunidades. Assisto, ao contrário, Lula não desautorizar o traíra-mor, um dos maiores responsáveis pela destruição do Brasil, em prol de um conveniente arranjo eleitoral. Ora, aliança com quem colocou o facão no pescoço de Dilma Rousseff e do PT? Pragmatismo tem limite.
Antonio Carlos Mattar

ELAS SIM, ELE NÃO

Não somos "fraquejadas". Em outubro, daremos o troco em Bolsonaro e sua corja.
Cícera Serafim

Qualquer pessoa de bom senso sente asco em relação ao atual governo. É o pior da história, o pior que o Brasil já teve. Bolsonaro incita publicamente o ódio e a morte, é um traidor da Constituição e da pátria. Finalmente, o povo volta a enxergar.
Sonia Maria

Tanto Bolsonaro quanto Lula são sinceros quando dizem o que pensam. Mas a agressividade, a frieza, a crueldade e a falta de compostura de Bolsonaro refletem exatamente o que ele é, e isso influencia na percepção das mulheres. Por outro lado, Lula é um político afetuoso, demonstra ter sensibilidade social e preocupação com as pessoas, além de seu extraordinário relacionamento político e diplomático no plano internacional. Parece mesmo que a maioria das mulheres possui neurônios a mais do que seus pares do gênero masculino.
Paulo Sérgio Cordeiro

A OPÇÃO PELO CAOS

Esta eleição é extraordinária e Lula precisa ser eleito no primeiro turno. Bolsonaro sempre deixou claras a incompetência, a irresponsabilidade e a violência. Sabíamos que seu governo seria ruim e é evidente que os próximos passos golpistas serão piores.
Paulo de Souza

Em uma nação com mais de 200 milhões de habitantes, não serão poucos marruás perdidos em 7 de setembro que vão atrapalhar a democracia.
Élcio Alves

ROUPA SUJA SE LAVA EM CASA

Lula acolhe a todos, até a Marta. O amor vencerá o ódio e a intolerância nestas eleições. Rumo à vitória e de volta à democracia.
Verônica Oliveira

Não vejo motivo para reaproximação com Marta. O que ela fez não merece crédito. Para ganhar a eleição será preciso vender a alma ao diabo? Tal atitude me deixa com um pé atrás.
Maria Ferreira

LIGA DA DISCÓRDIA

Estão querendo acabar com o futebol. Já minaram os nossos talentos individuais, não há mais craques ou jogadores pensantes.
Eduardo Barreto

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

"Bando de corja"

A definição de um baiano velho e sábio contempla Bolsonaro e sua polícia e os ladrões que infestam o Brasil, sem esquecer muitos políticos. E a minoria rica

Dó é personagem deste enredo. Nascido na região de Vitória da Conquista, batizado Políbio, desde a infância todos o conheceram com o nome da primeira e última nota da escala musical. O pai foi autor de uma inesquecível definição de quem vale menos que nada. Dizia, para qualificá-lo, que se tratava de um "bando de corja", vasto epíteto para adjetivar um ou mais indivíduos, conforme as circunstâncias. Dó eu conheço faz mais de meio século, que ele, bom no volante, levou a mim, jejuno em matéria, para sempre proibido pela consciência a dirigir veículos automotores.

Dó me conduziu ao longo de mil rotas. Na noite de domingo 31 de julho ligou-me para avisar da irrupção no meu prédio por um grupo de assaltantes dispostos a invadir três apartamentos. Um bando de corja. Tratava-se de um modo inédito até então para ele e para mim: ladrões bem trajados e de pele branca haviam alugado um apartamento há muitos dias e, de repente, ligaram pelo interfone para o porteiro naquele momento. Avisavam da chegada de amigos. Entraram, e aí compareceu a desgraça.

Recomendou Dó: "Feche com chaves e pitocos todas as saídas da sua casa". Obedeci, está claro. O bando agiu com presteza e eficácia, mas a polícia foi chamada pelo zelador e a história acabou com a prisão dos assaltantes. Eu destranquei as saídas e dormi tranquilo. Não é episódio isolado. Pelo contrário, assumiu uma dimensão federal. Recentemente, a polícia do Espírito Santo desbaratou uma dessas quadrilhas. Identificados os componentes do bando, após a prisão da paraguaia Tamara Romina Ramos Dimas, de 19 anos, bem-sucedida ao despistar os porteiros, apresentando-se como moradora, no bairro Mata da Praia, em Vitória.

A partir da prisão de Tamara, os investigadores identificaram outros 11 integrantes do grupo, com históricos de assaltos a condomínios em cinco estados.

MAURO PIMENTEL/AFP

Estas imagens...

... dispensam legenda

Multiplicam-se as modalidades desses ataques criminosos e está no topo o furto de *smartphones*, para aplicação de golpes financeiros. Nas mãos dos assaltantes os celulares servem para acessar aplicativos de bancos e fazer empréstimos e transferências via Pix e o pagamento de boletos, entre outros propósitos fraudulentos.

É um panorama de violência de dimensão nacional e não há como os noticiários no vídeo, todos eles, se esmerarem na cobertura desta *blitz*, na qual não somente o roubo é destaque. Há espaço para a tragédia familiar, grave e dolorosa, o feminicídio. Cenário terrificante de um Brasil à matroca. O bolsonarismo tem seu papel neste entrecho e a pobreza crescente é fator determinante. O desequilíbrio social transforma a costumeira distância entre ricos e pobres em abismo sem-fim.

Nesta mesma edição, o editor de Economia Carlos Drummond conta mais a história dos poucos que enriquecem, nacionais e estrangeiros, enquanto a larguíssima maioria fica à míngua. Parece evidente que, no fim desta linha, quando exatamente não se sabe, o confronto será inevitável. A velha cena que na calada da noite mostrava figuras esquálidas a procurar em sacos de lixo algo comestível, as sobras dos abastados, assumiu feições bem mais assustadoras.

Ganhou vez o crime organizado, espécie de máfia particular, sindicato do crime. É o resultado inescapável da ausência do Estado de Bem-Estar Social, a funcionar como a necessária proteção dos cidadãos. Infelizmente, não passamos das quimeras, de sonhos impossíveis. O passado agora é presente e nada indica se deixará de ser o futuro. Bolsonaro, a resultar de um alude de oportunidades perdidas, insiste impávido no culto à violência. E no curto prazo a única esperança é sempre Lula.

A Semana

Covardia acima de tudo

A deputada Sâmia Bomfim, líder do PSOL na Câmara, registrou boletim de ocorrência após receber uma ameaça por *e-mail*. O caso será investigado pela divisão de crimes cibernéticos da Polícia Civil de São Paulo. "Acha que vai continuar exercendo este cargo de deputada federal até 2023? Nana-nina-não, sua vadia. Vamos te amarrar e te estuprar na frente do seu filho Hugo e do Glauber", diz a mensagem. A parlamentar é casada com o também deputado Glauber Braga, com quem tem um filho de 1 ano. "O nosso recado para eles é de que todas as ameaças estão sendo investigadas, e os responsáveis serão punidos. Por mais que tentem nos calar e nos intimidar, nós não arredaremos o pé da política", diz Bomfim.

Eleições/

Encenação fardada

Militares cobram acesso aos códigos-fonte das urnas, disponíveis desde 2021

A veia artística de Nogueira vem à tona

Faltando apenas dois meses para o primeiro turno das eleições, o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, encaminhou um ofício com carimbo "urgentíssimo" ao Tribunal Superior Eleitoral. O motivo? Solicita que a Corte libere para as Forças Armadas o acesso aos códigos-fonte das urnas eletrônicas, disponíveis desde outubro de 2021.

Após a passagem do general Eduardo Pazuello pelo Ministério da Saúde, o "especialista em logística do Exército" que deixou faltar oxigênio em Manaus no auge da pandemia e trocou remessas de vacinas despachadas ao Amazonas e ao Amapá, ninguém duvida da capacidade dos militares no governo em expor publicamente a própria inépcia. O episódio parece, porém, evidenciar mais uma tentativa de Jair Bolsonaro de arrastar as Forças Armadas para a sua trama golpista, um *remake* mambembe do motim do Capitólio, quando Donald Trump insuflou seus apoiadores a contestar o resultado das eleições dos EUA sob falsas alegações de fraude.

O TSE abriu as portas de sua sala segura para os militares na quarta-feira 3 e a inspeção deve se estender por dez dias. Antes das Forças Armadas, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Senado avaliaram os códigos-fonte do sistema eleitoral, sem apontar quaisquer vulnerabilidades.

Matilha digital/ **PAPO RETO EM CANA**

BOLSONARISTA É PRESO POR AMEAÇAS A MINISTROS DO STF E A ADVERSÁRIOS

O "terapeuta" ameaçou pendurar os juízes "de cabeça para baixo"

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, decretou no domingo 31 a prisão preventiva do bolsonarista Ivan Rejane Pinto. Conhecido como Ivan Papo Reto, ele mantém canal no YouTube no qual se apresenta como "terapeuta" para dependentes químicos, mas gosta mesmo de falar de política. Ou melhor, de ameaçar políticos de esquerda e juízes da Suprema Corte.

Em recente publicação, o "terapeuta" conclama os cidadãos de bem a participar dos atos convocados por Jair Bolsonaro para o próximo 7 de setembro. "Está na hora de invadir o STF", sugere, antes de mandar um recado para os "togados vagabundos" do tribunal: "Não vamos só invadir o STF, não. Nós vamos pendurar vocês de cabeça para baixo".

O militante também tem o hábito de ameaçar adversários políticos do ex-capitão. "Vou dar um recado para a esquerda brasileira, principalmente para o Lula. Desgraçado, bota o pé na rua, que nós vamos te mostrar o que nós vamos fazer com você, seu vagabundo. Anda de segurança até o talo, que nós, da direita, vamos começar a caçar você, essa Gleisi Hoffmann, esse (Marcelo) Freixo frouxo, todos esses que te cercam", disse, em vídeo de 8 de julho. Agora, quem não pode colocar o pé na rua é Papo Reto.

Terrorismo/ Fim da caçada

Os EUA abatem Ayman al-Zawahiri, o líder da Al-Qaeda

Mais de uma década após assumir o posto de líder da rede Al-Qaeda, no lugar de Osama Bin Laden, o egípcio Ayman al-Zawahiri, de 71 anos, foi declarado morto pelo governo dos EUA. Ele morreu após um ataque executado por um drone norte-americano em Cabul, capital do Afeganistão, no fim de semana, mas a informação só foi confirmada na segunda-feira 1º.

Ao apresentar o seu troféu, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que abater Al-Zawahiri era essencial para assegurar que as regiões controladas por talebans em território afegão não sirvam mais de base para o planejamento de ataques terroristas.

Médico de formação e oriundo de uma próspera família do bairro de Gizé, no subúrbio da cidade do Cairo, o egípcio participou do planejamento dos ataques de 11 de setembro de 2001, que resultaram na morte de 3 mil norte-americanos. Após a execução de Bin Laden por forças especiais dos EUA no Paquistão, em 2011, Al-Zawahiri assumiu o controle da Al-Qaeda. Incluído pelo FBI na lista dos criminosos mais procurados do mundo, sua cabeça estava a prêmio. Washington oferecia recompensa de 25 milhões de dólares a quem repassasse informações que revelassem o seu paradeiro.

O egípcio ajudou a planejar os ataques de 11 de setembro

Mísseis hipersônicos

No mesmo dia em que um drone com explosivos atingiu o quartel da frota russa no Mar Negro, o presidente Vladimir Putin anunciou que as tropas da Rússia vão usar os mísseis hipersônicos Zircon na guerra na Ucrânia. O ataque ocorreu no Dia da Marinha da Rússia e levou ao cancelamento das comemorações que ocorreriam na Crimeia, península anexada pela Rússia em 2014. Os mísseis Zircon viajam nove vezes mais rápido que a velocidade do som e podem atingir alvos a mil quilômetros de distância.

Geopolítica/ NAS BARBAS DO DRAGÃO

CHINA E RÚSSIA AMEAÇAM EUA POR VISITA DE NANCY PELOSI A TAIWAN

Autoridades de Pequim e Moscou repudiaram a visita de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, à ilha de Taiwan. “Os EUA carregarão a responsabilidade e pagarão o preço por minar a soberania e a segurança da China”, ameaçou Hua Chunying, porta-voz da chancelaria chinesa. Pelo Telegram, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, emendou: “Washington desestabiliza o mundo. Nem um único conflito solucionado nas últimas décadas, mas muitos provocados”.

A China não reconhece a independência de Taiwan. Considera a ilha uma província ainda não incorporada ao restante do seu território desde o fim da guerra civil chinesa. Pequim cita reiteradamente a possibilidade de recuperar o território, inclusive pela força.

Embora Joe Biden tenha criticado o roteiro de Pelosi, a Casa Branca condenou as ameaças. “Não há motivos para Pequim transformar uma visita, consistente com uma política de longo prazo dos EUA, em algum tipo de crise ou conflito, ou usá-la como pretexto para aumentar exercícios militares agressivos em torno do Estreito de Taiwan”, disse John Kirby, coordenador de Comunicação do Conselho de Segurança Nacional.

Após o gesto de Pelosi, China e Rússia demonstraram sintonia

AFP, DEPARTAMENTO DE ESTADO/EUA, REDES SOCIAIS E MARCOS CORRÊA/PR

REPORTAGEM DE CAPA

E o povo vai mal

A PETROBRAS FOI TRANSFORMADA EM UM GUICHÊ DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS, ENQUANTO OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS EXPLODEM

por CARLOS DRUMMOND

Em uma entrevista em 1974, o general-ditador Emílio Garrastazu Médici cunhou uma frase que resume a história do País: "O Brasil vai bem, mas o povo vai mal". Por Brasil entenda-se a ínfima porção com poder absoluto para decidir o que, quando, onde e como. Se podemos ter eleições livres ou não. Se um presidente deve sofrer *impeachment* ou ser protegido, independentemente dos crimes cometidos. Aquela que nunca perde, faça chuva ou sol. Mais uma vez, esse Brasil, ou ao menos o Brasil (e também estrangeiros), que detém ações da Petrobras não tem motivos para reclamar. Em meio à alta da inflação, provocada pela disparada do preço internacional do barril do petróleo, um castigo aos consumidores, em especial os mais pobres, a companhia acaba de anunciar uma distribuição recorde de dividendos no trimestre, 87,8 bilhões de reais, a serem pagos até setembro. Em uma paráfrase de Médici, "os acionistas da Petrobras vão bem, mas o povo vai mal".

Alguns anos atrás, nem os mais pessimistas arriscariam essa previsão: a maior empresa brasileira, responsável, sozinha, por 10% do PIB e 15% do investimento na economia, desenvolvedora de tecnologia de ponta pioneira no mundo na exploração de águas ultraprofundas, descobridora de alguns dos campos de petróleo mais ricos do planeta, garantia da autossuficiência energética do País, seria esquartejada em praça pública, entre vendas de ativos estratégicos sem concorrência, leilões de campos gigantes de petróleo a preços de fim de feira e indenizações bilionárias a acionistas nos Estados Unidos, onde tem ações negociadas desde o governo FHC. A parte remanescente seria revertida em lucros fabulosos para um punhado de acionistas privados, na maior parte estrangeiros, e ela cumpriria o papel de cabo eleitoral daquele que tem sido considerado o pior presidente da história do Brasil. O improvável aconteceu, no entanto, e o enredo acima é apenas um resumo factual do capítulo mais recente da história de glória e desgraça da potência criada por Getúlio Vargas, em 1953.

OS 87,8 BILHÕES DE REAIS PROMETIDOS AOS ACIONISTAS SÓ NO SEGUNDO TRIMESTRE SÃO O EPÍLOGO DE UM PROJETO DE NAÇÃO

Divulgado no fim do mês passado, o balanço do segundo trimestre da Petrobras poderia ser intitulado como epílogo de um projeto de nação, por consagrar o poder absoluto do capital financeiro privado, benéfico apenas para os seus detentores, à custa do País. Com lucro líquido de 54,5 bilhões de reais, 26% acima do segundo trimestre de 2021, a companhia anunciou os tais 87,8 bilhões de reais em dividendos. E mais: quem paga a conta são os consumidores, na forma de aumentos recordes e sucessivos dos preços dos combustíveis e, por consequência, da escalada da inflação, e os estados, transformados em vilões pelo Palácio do Planalto e o "Centrão" e obrigados a abrir mão de receitas com o ICMS no esforço eleitoreiro de Jair Bolsonaro para conter o reajuste da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. Menos ICMS redunda em menos investimentos em saúde, educação e segurança, entre outros gastos públicos. "A empresa está sob gestão temerária. Promoveu uma farra de dividendos, em um trimestre distribuiu o equivalente a 20% do valor da companhia", dispara o economista Eduardo Costa Pinto, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep). "Até dezembro, eles vão deixar a Petrobras no osso, com o mínimo de dinheiro em caixa." A Federação Única dos Petroleiros estuda entrar com ação na Justiça por gestão temerária, anuncia Deyvid Bacelar, presidente da entidade.

No mesmo trimestre, a Petrobras registrou queda de 14% nos investimentos e redução da produção. Segundo o Ineep, esse desempenho reflete a estratégia operacional da companhia, que concentrou

A abertura de capital na Bolsa de Nova York limitou o raio de ação da empresa

DAVID NEMEC/NYSE E ANDRÉ RIBEIRO/AGÊNCIA PETROBRAS

A refinaria Rlam, na Bahia, foi vendida na bacia das almas e hoje pratica o preço mais alto do mercado

seus investimentos quase exclusivamente no desenvolvimento da produção do pré-sal e optou por abandonar áreas de produção no Norte e Nordeste, em particular nos campos terrestres e em águas rasas. “Os resultados acendem o alerta para a necessidade de maiores investimentos nas atividades de exploração e produção”, sublinha uma nota do instituto.

O aumento das receitas de vendas dos derivados no mercado interno é a principal origem dos elevados lucros operacionais. Outra parte veio do repasse sem concorrência de ativos no total de 260 bilhões de reais, destaca o engenheiro aposentado da Petrobras e ex-consultor do Congresso Paulo Cesar Ribeiro Lima. Esse valor corresponde, grosso modo, à receita da estatal no ano passado. Em outras palavras, a administração da companhia torrou nos últimos anos ativos, muitos deles de importância estratégica para a companhia e o País, equivalentes a pouco mais de um ano de faturamento. “Na venda dos ativos, foi descumprida a própria lei de privatizações do governo FHC. Nessa lei está escrito que não podem ser privatizados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e as empresas que prestam atividades de correios e da área de petróleo. Ou seja, toda essa venda de ativos, de refinarias, é ilegal, segundo a lei das privatizações”, dispara Gilberto Bercovici, professor titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

EDUARDO COSTA PINTO, DA UFRJ: “A EMPRESA ESTÁ SOB GESTÃO TEMERÁRIA. PROMOVEU UMA FARRA DE DIVIDENDOS”

O declínio da empresa não foi casual nem inesperado, mas arquitetado durante gerações, com grande dano ao País, que hoje se encontra na situação paradoxal de contar com algumas das maiores e mais produtivas reservas de óleo e gás do mundo, mas não ter mais autossuficiência, condição alcançada com a descoberta do pré-sal e depois arrancada pelo capital financeiro estrangeiro e local, em uma longa história de assédio com participação destacada da Operação Lava Jato e da mídia. Essa reversão contou com o conluio de governantes, políticos e integrantes do Judiciário desde 2016, ou antes disso, se a referência for o desinvestimento maciço iniciado sob a presidência de Aldemir Bendine, no governo Dilma Rousseff.

A epopeia da Petrobras consistiu em realizar um esforço imenso, desde a sua criação, para descobrir petróleo no Brasil. Houve sucesso na Bahia, em Sergipe, no Rio Grande do Norte, mas as perspectivas de grandes reservatórios de petróleo em terra não eram promissoras. A Petrobras persistia, contudo, em seu esforço exploratório, no sentido de o País ser autossuficiente. Quando começou a exploração marítima, esse objetivo começou a se tornar mais factível. A base do parque de refino foi construída até 1980. Depois vieram a BR Distribuidora, os terminais, os dutos, a petroquímica nacional e fábricas de fertilizantes. Caso existissem hoje, essas unidades seriam um seguro contra o risco de colapso no abastecimento externo dos insumos do agronegócio, em relação aos quais a dependência externa do Brasil é completa.

Em 1995, com Fernando Henrique Cardoso, vieram a Emenda Constitucional número 9, que quebrou o monopólio da Petrobras no segmento de petróleo, e a Lei 9478, que, após um período de transição, liberou os preços dos combustíveis. Com a quebra do monopólio, ganhou espaço a visão de que a estatal era uma empresa sobretudo de exploração e produção, esqueceu-se a importância do refino e o foco, a partir de 1997, começaram a ser os leilões, no regime de concessão. A última refinaria de porte que o País construiu foi a Revap, em São José dos Campos, interior de São Paulo, que começou a operar em 1980. Um exemplo do desastre da privatização de refinarias é o caso da Landulfo Alves, Rlam, na Bahia, a primeira do País, vendida em novembro ao Fundo Mubadala Capital por 1,65 bilhão de dólares, menos da metade do seu valor, segundo o Ineep. Hoje a Rlam produz a gasolina mais cara do Brasil, de acordo com a própria Agência Nacional de Petróleo.

A venda em massa de refinarias e da BR Distribuidora dificulta a administração dos preços dos combustíveis, que fica subordinada às oscilações externas do preço do petróleo e à variação do dólar. Vários especialistas defendem há décadas a necessidade de uma política de preços de combustíveis diferente da dolarização sem mediações, que caracteriza a sistemática em vigor, do Preço de Paridade de Importação, o PPI. A política de preços não foi discutida no governo FHC, nem nos governos Lula e Dilma. Uma solução razoável para a política de preços parece, no entanto, distante. "O projeto que está no Senado para substituir a política do PPI, instituída no governo Temer, é muito ruim. A única coisa boa da versão original era cobrar um imposto sobre a exportação de petróleo bruto, mas esse foi o primeiro artigo que caiu, sob a alegação de que não passaria na votação", condena Bercovici.

O ditador Médici, o da frase, FHC, que abriu o mercado, e Guedes, disposto a entregar o pré-sal o mais rápido possível

ARQUIVO NACIONAL, VINICIUS DOTI/FUNDAÇÃO FHC, MARCELO CAMARGO/ABR E AGÊNCIA PETROBRAS

O predomínio da orientação liberal no País, sublinha Lima, resultou na visão da sociedade brasileira, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União, de que a Petrobras é uma empresa que está no mercado, concorre com as outras e não tem diferença praticamente nenhuma em relação a elas. "Mas o fato é que quem fez as descobertas, mesmo depois da Lei 9478, foi a Petrobras. E as empresas privadas sempre a acompanharam. Nas parcerias, foi a Petrobras que continuou a fazer as descobertas."

A descoberta do pré-sal, anunciada em 2007, abalou essa visão da Petrobras de uma empresa como outra qualquer do mercado, mas atiçou o apetite de companhias e governos estrangeiros. Consciente do potencial econômico e do risco político envolvidos, o governo Lula investiu, em paralelo, na construção, pela Marinha, do submarino movido a energia nuclear. A embarcação tem grande poder dissuasório por ser de difícil detecção e mover-se muito rápido, e os recursos liberados pela administração petista permitiram avançar no projeto, mas o vírus do entreguismo era visível

na declaração do ex-ministro de Minas e Energia de Bolsonaro, almirante Bento Albuquerque, a esta revista, em outubro de 2017. O submarino, sublinhou Albuquerque, era, sim, para defender o pré-sal, mas isso seria feito qualquer que fosse o seu proprietário. "Eu não vou entrar nesse aspecto econômico de desnacionalização ou não. O ponto mais importante não é se é meu, ou se é seu, mas, se está aqui, no Brasil, eu tenho que ter condições de defendê-lo e de protegê-lo." O almirante, à época diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, ecoava a longa ascendência do poder militar estadunidense sobre as Forças Armadas locais, fortalecida desde os anos 1950 e 1960 e que iria desaguar, no atual governo, em uma subordinação formal.

As reservas do pré-sal são as mais produtivas do mundo, com 60 mil a 70 mil barris de petróleo por dia, verdadeiras *cash cows*, no jargão dos investidores estrangeiros. Em outras palavras, são jazidas que jorram dinheiro. O epílogo trágico do amplo acoplamento dos interesses nacionais aos objetivos estrangeiros é o anúncio feito em junho, por Paulo Guedes, de estudos para a venda das receitas futuras de 30 anos do pré-sal. Em outras palavras, o Posto Ipiranga agora quer queimar as reservas inteiras por 400 bilhões de reais, equivalente a apenas dois anos de receita da Petrobras.

A Lei 12351, de 2010, instituiu o regime de partilha de produção e a Petrobras como operadora única e foi um grande avanço em relação ao regime de concessão. Nessa sistemática, o petróleo é da empresa concessionária e ela paga para o Estado a participação governamental, *royalties* de 5% a 10% da receita bruta e a participação especial, cobrada nos grandes campos de alta rentabilidade, sobre a receita líquida. Uma ressalva ao modelo é que, em todos os países nos quais é utilizado, a participação governamental tende a ser baixa, por estar associada geralmente a um risco maior. "O ponto a destacar é que o pré-sal, depois da descoberta de campos gigantescos, mostrou ser de baixo risco, portanto, não faz o menor sentido o regime de concessão", sublinha Lima. "Outro problema seriíssimo, pouco discutido, é: como o Brasil tornou-se grande produtor e exportador de petróleo, ele passa a ser formador de preços, e a produção tem de ser controlada pelo Estado, não pelas empresas, como ocorre no regime de concessão. A conclusão é que o regime de concessão é uma excrescência absoluta no Brasil, principalmente depois da descoberta do pré-sal."

O GOVERNO AGORA QUER VENDER O PRÉ-SAL INTEIRO POR 400 BILHÕES DE REAIS, O EQUIVALENTE A APENAS DOIS ANOS DE RECEITA DA PETROBRAS

O regime resulta em mais desnacionalização. Se a Petrobras é que faz as descobertas e já tem 44% do seu capital social nas mãos de estrangeiros e 19% com acionistas privados, não há motivo defensável para se fazerem parcerias com estrangeiras, mas isso foi repetido no regime de partilha, ressalta Lima. Uma alternativa para o regime de partilha no pré-sal, segundo Bercovici, é o regime de prestação de serviço, com a Petrobras sempre contratada e "regiamente remunerada" pela União.

Entre os enormes problemas causados à companhia, sobressai a negociação de ações da empresa nos Estados Unidos. "A Petrobras tem hoje um grande problema de gestão, que é manter pa-

péis negociados em Nova York. A primeira coisa que um governo minimamente racional, não precisa nem ser de esquerda, tem de fazer se quiser contar com um instrumento poderoso de ação no setor de petróleo é tirar a empresa da Bolsa de Nova York", recomenda o advogado. Infelizmente, diz, no governo do PT ninguém quis saber disso. "Na verdade, pioraram a situação com a tal da capitalização da Petrobras, que aumentou a participação de investidores estrangeiros na companhia. E aí disseram que foi a maior operação do mundo, batem no peito de orgulho. São essas idiossincrasias que mostram que não se está levando o problema a sério", dispara Bercovici.

Criada como empresa estatal do tipo sociedade de economia mista, a Petrobras tinha entre 70% e 80% do capital da União e os sócios privados eram CSN, Banco do Brasil, BNDES, Vale do Rio Doce, e às vezes governos de estados e municípios. "Era uma empresa pública na prática, apesar de, do ponto de vista formal, ser uma companhia mista. O capital era praticamente todo ele público", destaca Bercovici. Isso começou a mudar, diz, na ditadura. "Geisel fez a lei das Sociedades Anônimas, que rege as empresas no Brasil. O pessoal esquece, mas ela está em vigor e é explícita ao dizer que a sociedade de economia mista deve atender ao interesse público que a criou." Além disso, prossegue o especialista, foi instituído o mercado de capitais no Brasil, os militares tinham essa meta desde Castelo Branco. Estabeleceram também o órgão regulador da Bolsa, a Comissão de Valores Mobiliários, e toda legislação. "Aí ocorreu um problema, as empresas privadas, em grande parte familiares, não queriam expor seus negócios ao escrutínio público e restaram as sociedades de economia mista como a Petrobras, que foram obrigadas a abrir o capital a partir de 1986", descreve o professor. A proporção de ações da Petrobras negociadas em Bolsa era pequena, mas tudo mudou com FHC. "Aí começa o problema para a Petrobras, tanto com a aprovação do fim do monopólio do petróleo pela estatal quanto pela iniciativa de negociar ações da companhia nos Estados Unidos."

Ao negociar as ações na Bolsa de Nova York, o governo FHC vinculou a Petrobras às leis do mercado de capitais dos Estados Unidos. A empresa passou a ser subordinada à Security Exchange Commission, órgão regulador dos EUA, e tornou-se passível de ações coletivas de investidores denominadas *class actions*. Na prática, passou a ser achacada nos EUA. Isso só foi percebido, entretanto, quando estourou a Lava Jato.

A história de apogeu e declínio da Petrobras não terminou. O problema, frisa Bercovici, é que o Brasil, infelizmente, abriu mão de atuar em um setor que é dele. A Constituição é clara: petróleo e gás são de propriedade da União. Quando um governo defende a Petrobras, nada mais faz do que gerir um bem do Estado, de toda a sociedade. "O desmanche dá para reverter, juridicamente não há obstáculo algum para a retomada desses bens. É possível desapropriar, recomprar. A decisão é política. A desculpa para impedir é que isso violaria contratos, mas quem faz essa alegação não sabe o que é contrato", destaca. Contrato, diz, é um instrumento jurídico que regula relações patrimoniais. Não é uma cláusula pétrea de organização da vida em sociedade, na qual ninguém pode mexer. Como qualquer outra relação patrimonial, ela é passível de mudanças, pode ser modificada ou extinta, muda a qualquer tempo e vai ser resolvida na esfera patrimonial. Contrato não é algo eterno. Na verdade, é o contrário disso que caracteriza violação: privatizar é violar contrato, no caso da Petrobras. •

Bolsonaro deu uns trocados aos caminhoneiros. O submarino nuclear seria uma garantia de segurança das reservas de petróleo

LUCAS NINO/GOVMT E MARINHA DA FRANÇA

O fiel da balança

ELEIÇÕES O Rio de Janeiro é estratégico para a vitória de Lula no primeiro turno, mas o campo progressista não consegue se entender

POR MAURÍCIO THUSWOHL

O Rio de Janeiro sempre esteve no centro da vida política brasileira. Exceção feita aos períodos de ditadura, o estado historicamente foi palco de renhidas disputas locais ou nacionais que definiram os rumos políticos do País. Neste ano, mais que nunca, entender a disputa local não é tarefa para principiantes. Em meio à polarização entre Lula e Bolsonaro, a briga pelo governo estadual e pelo Senado provoca movimentações e atritos tanto à esquerda quanto à direita e mantém o quadro indefinido às vésperas do início oficial da campanha.

A tensão nas negociações é redobrada, pois o Rio, terceiro maior colégio eleito-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 24

Impunidade. Apenas 1% dos indiciados por trabalho escravo cumprem pena em regime fechado

Imbróglio. Alessandro Molon não aceita retirar a candidatura ao Senado e o PT de Lula cobra o cumprimento do acordo que reservou a Ceciliano a vaga na chapa de Freixo

ral do País com 12,4 milhões de eleitores, será decisivo para uma eventual definição da eleição no primeiro turno. Pesquisa divulgada pelo Ipec, em julho, mostra uma disputa acirrada: 41% das intenções de voto para Lula e 34% para Bolsonaro.

A preocupação é maior na campanha de Lula, pois o estado – outrora eleitoralmente progressista que, entre outras, deu a Leonel Brizola, do PDT, a histórica vitória de 1982 – é hoje um reduto fortemente influenciado pelo bolsonarismo. O ex-presidente perdeu 7 pontos de vantagem sobre Bolsonaro no estado somente no último mês e terá de lidar com dificuldades, como levar sua campanha às regiões controladas pelas milícias, onde apenas na capital vivem 2 milhões de eleitores. Outra montanha a ser escalada por Lula é conquistar o voto evangélico no estado, onde estes são mais numerosos (31% da população) e mais fiéis a Bolsonaro. Nesse segmento, o ex-capitão vence o petista por 51% a 24%.

Dificuldades, segundo a avaliação de setores da direção do PT, que tendem a se agravar por conta do perfil de Marcelo Freixo, candidato do PSB ao Palácio Guanabara apoiado pelo PT. Lideranças como o vice-presidente do partido, Washington Quaquá, afirmam que Freixo traz dificuldades ao petista entre parte do eleitorado e no interior. "A prioridade é eleger Lula no primeiro turno. Insistir com o apoio a Freixo é ignorar a realidade de que a esquerda tem um teto de 30% de votação no estado, que só foi ultrapassado uma única vez por Benedita da Silva nas eleições para a prefeitura da capital em 1992", diz o ex-prefeito de Maricá, acrescentando "ser urgente abrir novos palanques para Lula". Para o dirigente petista, que tem forte influência na Executiva Estadual, isso significa até mesmo romper a aliança com Freixo e levar o apoio de Lula ao ex-prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, candidato a governador pelo PDT, apoiado pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes.

> O PT ameaça desembarcar da chapa de Freixo e apoiar Rodrigo Neves, do PDT

O estopim para a decisão de rachar a aliança no Rio é a insistência do PSB em manter a candidatura ao Senado do deputado federal Alessandro Molon, contrariando o acordo com o PT que previa a indicação do deputado estadual André Ceciliano ao Senado. Uma resolução assinada pelo presidente do PT no Rio, João Maurício, foi encaminhada à Executiva Nacional do partido. "Infelizmente, não é mais possível manter o apoio à candidatura de Freixo ao governo do estado", afirma o documento, que, em referência a Carlos Siqueira, diz também que o PT foi "surpreendido pela defesa do presidente nacional do PSB de manutenção da candidatura divisionista e aventureira de Molon". A ideia de abandonar o barco de Freixo e subir no de Neves encontra eco na direção nacional petista. "O apoio ao Rodrigo seria um gesto extremamente importante que poderia acelerar o voto útil em Lula e garantir a sua vitória no primeiro turno", diz Jilmar Tatto, secretário nacional de Comunicação do PT.

Uma fonte próxima de Lula afirma que o comando nacional da campanha observa com atenção o quadro no Rio. O diagnóstico do ex-presidente é de que "é preciso ampliar a campanha no estado, mas que isso poderá ser feito com Freixo". Em sua passagem pelo Rio para um comício em julho, Lula reafirmou o apoio ao candidato do PSB, mas, diz a fonte, o PT entende que a insistência de Molon gerou uma situação inesperada: "É difícil um duplo palanque no Rio. Lula apoia Freixo, mas reconhece a complexidade da situação levantada por uma parte importante do partido e respeitará o que for decidido". O martelo será ba-

tido na sexta-feira 5, data-limite para a convenção do PT no Rio.

Freixo não esconde sua irritação com o que chama de "estranha matemática" dos dirigentes petistas no Rio: "Eu obtive 350 mil votos para deputado, estou em situação de empate técnico nas pesquisas com o atual governador e quatro vezes à frente do outro candidato. Mas é ele quem vai ampliar a candidatura de Lula?", indaga. Para o candidato do PSB, a tese de que ele puxaria Lula para baixo entre conservadores e no interior "é uma narrativa inventada por Quaquá, que quer mesmo é reeleger Castro". Freixo rechaça o estigma de "candidato da Zona Sul" imputado pelos críticos: "Nas últimas eleições, tive metade dos meus votos em outras regiões, sendo 30% na Zona Oeste. Basta ter boa-fé e olhar os mapas eleitorais".

Especialista em Segurança Pública, o sociólogo Ignacio Cano, da Uerj, diz não acreditar que milicianos e grupos bolsonaristas possam impedir o pessebista de fazer campanha: "Embora o Freixo não possa pisar fisicamente em regiões controladas pela milícia, ele sempre teve um desempenho relativamente bom nas eleições para deputado em várias dessas áreas, até porque há muita gente nessas comunidades que não concorda com as milícias. Nessas regiões, existe o voto em Freixo justamente porque ele representa a antimilícia", diz. Cano vê ainda menos perigo para a campanha presidencial: "Lula já é muito conhecido do eleitorado. Não precisa de apresentação nessas áreas e sua candidatura não vai sofrer por causa de eventuais ameaças ou restrições".

Freixo, que oficializou o nome do ex-prefeito Cesar Maia, do PSDB, como vice em sua chapa, aponta esse e outros movimentos que vêm sendo feitos para ampliar sua candidatura e aumentar as chances de vitória em outubro: "Não é justo dizer que a maior aliança da esquerda é restrita. Nossa candidatura cresce, fizemos movimentos ao centro, trouxemos o PSDB. Estou há um ano tendo conversas com setores evangélicos e do empresariado", diz, citando interlocutores como o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, o pastor Abner Ferreira e o coronel da reserva Alberto Pinheiro Neto, ex-comandante do Bope.

A chapa de Castro também pode sair com dois (ou três) candidatos para o Senado Federal

Para o cientista político e professor da PUC-Rio Ricardo Ismael, Freixo tem uma trajetória que o deixa em condições de disputar o governo com chances de vitória: "Ele tem o conhecimento de parte do público, principalmente na cidade do Rio, onde foi candidato à prefeitura", diz. O grande problema, aponta o especialista, é o interior, onde Freixo e o PSB, com apenas uma prefeitura, têm pouca penetração: "A candidatura de Freixo é fortíssima na capital e isso irradia para a Região Metropolitana. Para chegar ao interior, ele precisa muito mais do Lula do que o Lula dele. O Freixo sempre procurou vincular-se a Lula, mas o interior é onde a estrutura partidária conta, assim como o apoio das prefeituras".

Coordenadora nacional da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, Nilza Valéria Zacarias avalia que falta

Vale tudo. Castro puxa o tapete de Romário e faz de tudo para retirar Crivella da disputa pelo Palácio da Guanabara

REDES SOCIAIS E IURD

uma aproximação real das campanhas progressistas para mostrar que há caminhos para o diálogo. "Evangélicos falam com evangélicos. Essa é a falha nas candidaturas do Freixo e do Lula. Não adianta colocar pessoas que não sejam evangélicas para fazer essa interlocução. Da mesma forma, não adianta dialogar com um evangélico que assume um discurso público idêntico ao dos pastores do campo de Bolsonaro." Ela diz que essa relação tem de ser construída de forma estratégica: "Os candidatos não compreendem a importância de chamar os evangélicos aliados".

No campo da direita, as duas últimas semanas serviram para aparar arestas e consolidar Cláudio Castro, do PL, como candidato único do bolsonarismo no estado. Com auxílio direto do senador Flávio Bolsonaro, o governador obteve importante vitória ao fazer o Republicanos domar as pretensões eleitorais do ex-prefeito Marcelo Crivella, que chegou a anunciar no meio político sua intenção de se candidatar ao governo. O jogo ainda não está completamente jogado, pois Castro, segundo fontes palacianas, teria oferecido apoio a uma eventual candidatura de Crivella ao Senado, acordo que, se consumado, faria a chapa governista ter dois candidatos ao cargo, já que o senador Romário, do PL, disputa a reeleição.

Paralelamente, e com a ajuda involuntária da Justiça Eleitoral, Castro também tirou do páreo o ex-governador Anthony Garotinho, do União Brasil, outra candidatura que ameaçava o seu lugar no segundo turno. Após meses de idas e vindas, Garotinho, que teve sua inelegibilidade mantida pelo Tribunal Regional Eleitoral, declarou apoio ao governador na convenção estadual do UB realizada no domingo 31: "Respeito meu partido e estou com Castro. Não fico em cima do muro. Tenho divergências, mas reconheço o lado positivo de sua gestão", disse. Para conquistar o apoio do ex-governador e quase adversário, Castro costurou com o partido aliado, que faz parte de seu secretariado, o lançamento da deputada federal Clarissa Garotinho ao Senado. Outro revés para Romário.

Vitaminado pelas verbas oriundas da venda da Cedae e pelo Pacto RJ, que distribuiu 17 bilhões de reais em 50 projetos por todo o estado, Castro conta com apoio de 85 dos 92 prefeitos fluminenses e de 53 deputados dos 70 que compõem a Assembleia Legislativa. "Castro beneficia-se dos recursos da Cedae e de ações que o governo tem feito, mas é uma candidatura a ser testada durante a campanha", avalia Ismael. O cientista político aponta o "jogo ambíguo" feito pelo governador: "Ele, certamente, é um aliado de Bolsonaro, mas tem feito articulações, inclusive com petistas como Ceciliano, e mais recentemente com Garotinho".

Ismael deixa, porém, um alerta a todos os candidatos: "O Rio é bem peculiar. Nos últimos anos, sucessivos governos estaduais fracassaram e governadores terminaram afastados do cargo e presos. Isso resulta em um eleitorado muito reticente em relação aos políticos. Conquistar esse voto não é uma tarefa simples. Esta é uma dificuldade para todos os candidatos e deixa a eleição para governador muito aberta e indefinida". •

Os escorpiões

PODER Os golpistas Eduardo Cunha e Michel Temer entregam-se ao próprio *ethos* e agem contra Lula na eleição

POR ANDRÉ BARROCAL

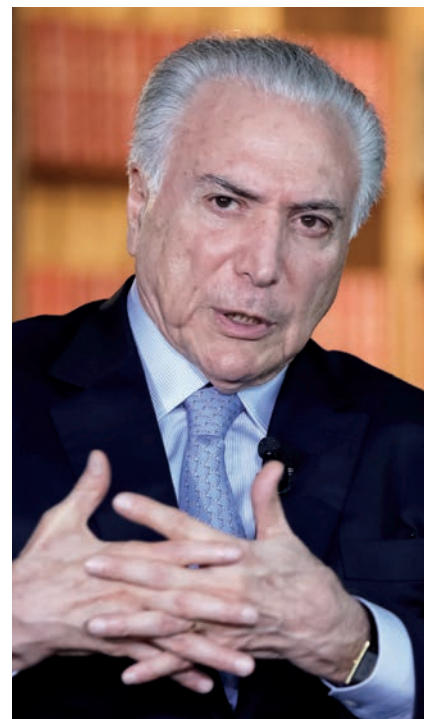
É da natureza do escorpião picar o sapo na travessia do rio, certo? Há por aí uns escorpiões-golpistas que não disfarçam o *ethos*. Michel Temer, de 81 anos, e Eduardo Cunha, de 64, empenham-se para atrapalhar Lula e o PT na eleição. O primeiro, *ghost writer* de cartinhas arrependidas de Jair Bolsonaro, busca impedir a vitória petista em turno único. É uma tentativa de valorizar o MDB para negociar apoio futuro, e o capitão agradece se a disputa chegar ao segundo turno. Já Cunha acaba de conseguir uma liminar para concorrer de novo a deputado e resolveu que sua bandeira de campanha jamais será vermelha. Será a antipetista de Bolsonaro, a quem apoia publicamente.

O ex-deputado não pertence mais ao MDB do velho parceiro Temer. Filiou-se, em março, ao PTB de Roberto Jefferson. E não se lançará no pleito (caso a liminar sobreviva) pelo Rio de Janeiro, sua terra natal e pela qual se elegera deputado federal quatro vezes. Agora, quer concorrer por São Paulo, que ele diz ser "o estado mais importante" e onde "tudo o que acontece reverbera". Em 30 de julho, participou da convenção do partido Republicanos que oficializou a candidatura de Tarcísio de Freitas ao governo paulista. Freitas foi ministro de Bolsonaro, é o nome do capitão na disputa. Se a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a Fiesp, a federação das indústrias paulistas, preparam manifestos contra o presidente, Cunha não está nem aí. "Manifestos ridículos", desdenhou a uma jornalista bolsonarista.

O deputado cassado tem frequentado canais bolsonaristas de comunicação. Em uma das aparições, disse que a eleição será decidida pelo tamanho da rejeição de Lula e de Bolsonaro, e as pesquisas mostram que, por ora, é isso mesmo. Pior para o presidente, embora Cunha acredite que o capitão vencerá. Em outra entrevista, disse apoiar Bolsonaro por este ser "conservador nos costumes e liberal na economia". Ao concorrer pela última vez, em 2014, elegeu-se como o terceiro deputado mais votado do Rio, 232 mil sufrágios. O líder foi Bolsonaro, com 464 mil. À época, Cunha comentou: "Tenho um forte eleitorado evangélico, que não me faltou. Mas perdi muitos votos para o Bolsonaro". O mandato que a dupla conquistou ali pavimentaria a situação atual do País. Comandante da Câmara a partir de 2015, Cunha decapitou Dilma Rousseff. No dia em que o plenário aprovou o *impeachment*, Bolsonaro citou o coronel-torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, prenúncio do que viria.

O *impeachment* alçou Temer ao poder, antigo sócio de negócios políticos de Cunha. O dito "pacificador" é hoje um colaboracionista de Bolsonaro. Defende a candidatura de Simone Tebet, do MDB de Mato Grosso do Sul, apesar do desempenho dela nas pesquisas. O chefe do partido, o deputado paulista Baleia

Rei morto, rei posto. Agora, quem manda no pedaço é Lira, um discípulo de Cunha

MARCOS CORRÊA/PR, MARINA RAMOS/AG. CÂMARA E LULA MARQUES/AGÊNCIA PT

Sintonia. O ex-deputado filiou-se ao PTB de Jefferson. O surfista do golpe, por sua vez, deseja um segundo turno na corrida presidencial para valorizar o cacife do MDB

Rossi, é cria de Temer e defensor da senadora. No MDB, há quem diga que Simone é útil para empurrar a eleição ao segundo turno. E que só com um duelo final entre os dois rivais principais é que a sigla terá cacife para vender o apoio.

Em 2006, ano da reeleição de Lula, Temer era presidente da legenda e não queria se aliar ao petista. Encontrou duas vezes o cônsul-geral americano no Brasil, Christopher McMullen. Uma em janeiro, outra em junho, ambas em São Paulo. As reuniões foram relatadas por McMullen a Washington em telegramas secretos, tornados públicos pelo WikiLeaks após Temer assumir o lugar de Dilma. Na primeira conversa, Temer chamou de "frau-

de" a vitória de Lula em 2002 e criticou-o por "foco excessivo" no social. Na segunda, reclamou que o petista dava poucos cargos ao MDB e atacou lulistas da sigla, como o senador Renan Calheiros, motivo para ter sido descrito por McMullen como "anti-Lula". O PMDB, segundo Temer, ficaria livre naquela eleição, pois "quem quer que vença terá de vir até nós para fazer qualquer coisa".

Segundo um senador do PT, Lula topa conversar com todos no MDB, apesar do *impeachment* de Dilma, menos com Temer. Em 18 de julho, o ex-presidente recebeu emedebistas aliados, como Calheiros, e dias depois alguns deles foram a Temer pedir para Rossi cancelar a convenção que oficializaria a candidatura de Simone. Em vão, claro. O PT oficializou a de Lula em 20 de julho, ocasião em que aprovou um documento que diz: "O projeto de País com crescimento, distribuição de renda, políticas de bem-estar social, plenas liberdades democráticas e soberania foi interrompido por meio do golpe do *impeachment* da presidenta Dilma". Temer sentiu. Afirmou ao UOL que "não houve golpe" e que Dilma, apesar de "honestíssima", "teve dificuldades no relacionamento" com o Congresso. "Eu agradeceria que o senhor Michel Temer não mais buscasse limpar sua inconteste condição de golpista utilizando minha inconteste honestidade pessoal e política", rebateu a petista em nota.

A ex-presidente aproveitou e reconheceu o papel do outro escorpião-golpista do enredo. A "dificuldade", anotou ela, "era uma integral rejeição às práticas do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha". Este escreveu um livro, *Tchau, Querida: o Diário do Impeachment*, com o qual tem feito, em cidades paulistas, campanha travestida de noite de autógrafos. Já passou por Marília, Bauru, Guarulhos e Santos, por exemplo. Diante da nota de Dilma, Cunha tuitou que "a mentira sempre foi a principal arma do PT".

Aposta. A candidatura de Simone Tebet é conveniente para Temer, confiante de que ela será capaz de prolongar a disputa

Cínico. Foi por mentir a colegas deputados que Cunha foi cassado em 2016. No ano anterior, havia negado em uma CPI possuir contas no exterior. E possuía, como mostraria o Ministério Público da Suíça em uma papelada enviada à Procuradoria-Geral da República. PSOL e Rede pediram ao Conselho de Ética um processo por quebra de decoro contra ele. À frente da Câmara, o acusado botou a deposição de Dilma para andar no dia em que o PT anunciou que votaria para cassá-lo no Conselho. Cunha perdeu o mandato e o direito de concorrer por oito anos. Só poderia voltar a se candidatar a partir de 2027. No último dia 21 de julho, conseguiu uma liminar que suspende os efeitos da cassação e o autoriza a disputar a eleição. A liminar é do juiz Carlos Augusto Pires Brandão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília. Um magistrado nomeado para a Corte por Dilma, em 2015.

Entre outras, os advogados de Cunha alegaram que a cassação se baseou em sigilos bancário e fiscal e que estes não foram quebrados por ordem judicial,

mas repassados, ao menos em parte, pela Procuradoria-Geral a deputados. Ao pedirem a liminar, disseram ainda que era um caso urgente, em razão da eleição à vista. A procuradora Michele Rangel Vollstedt Bastos entrou com um recurso e um mandado de segurança no tribunal para derrubar a liminar. Para ela, Cunha aguardou "ardilosamente a proximidade do pleito eleitoral de 2022 para só então ajuizar a ação". A urgência alegada pelo ex-deputado, a justificar o pedido de liminar, é uma "criação artificial" dele "e, convenhamos, a ninguém é dado se beneficiar da sua própria torpeza".

Cunha ficou preso de forma preventiva de outubro de 2016 a maio de 2021 (os 14 meses finais foram de prisão domiciliar). Tudo consequência de ações penais nascidas da Operação Lava Jato e da Operação Sepsis. Na Lava Jato, foi condenado a 15 anos pelo então juiz Sergio Moro, em março de 2017, processo anulado pelo Supremo em setembro de 2021 e remetido à Justiça Eleitoral do Rio para começar

Beneficiado por liminar, Cunha pretende voltar à Câmara pelo voto dos paulistas

do zero. Essa decisão desfez a condição de Cunha de "ficha suja", o que o impediria de se candidatar este ano. A inelegibilidade decorrente da cassação era o derradeiro obstáculo à candidatura. Em setembro de 2020, ele foi condenado a 20 anos pelo juiz Luiz Antonio Bonat, substituto de Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba, em um caso pendente de decisão de segunda instância, pois o Supremo ainda julgará se anula também e remete ao Rio. Na Sepsis, Cunha havia sido condenado a 24 anos pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, de Brasília, em junho de 2018, processo que o TRF1 anulou e despachou à Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte.

"Eduardo Cunha é um dos maiores símbolos da corrupção. Colado no Bolsonaro é ótimo para o Lula", diz o deputado federal petista Henrique Fontana, que como líder do governo Dilma colecionou embates com Cunha. "Mas será que ele conseguirá se eleger? Quantos deputados federais o PTB tem por São Paulo (nenhum)? Se for eleito, não terá nem 5% do poder de antes."

O dono do pedaço agora é Arthur Lira, o bolsonarizado comandante da Câmara, um discípulo de Cunha. Este quer reviver a parceria com Lira. Diz que votaria pela reeleição dele e que "dificilmente" o alagoano seria derrotado. Em sua ascensão em Brasília, nos tempos de Dilma, Cunha tinha ao lado Lira, um dos chefes do "Centrão". A força do pepista resulta de um projeto de poder concebido por Cunha, o qual consiste em tirar poder do governo e dá-lo aos deputados. Em suma, mandar no País a partir do Congresso. Esse plano começou a sair do papel com a progressiva tutela, iniciada por Cunha, das verbas federais dirigidas a obras incluídas no orçamento pelos deputados. O orçamento secreto, de 16 bilhões de reais neste ano, é o ápice dessa engenharia. Diante do apetite de Cunha, ele aceitaria ser soldado de Lira?

Dúvidas à parte, é por causa do fluminense que o alagoano tem sido obrigado a inventar viagens ao exterior, sempre que Bolsonaro e o vice, Hamilton Mourão, saem do País. Fez isso em maio e em junho. É que réu não pode assumir o Planalto, e Lira é, em razão da acusação de ter recebido 106 mil de propina através de um assessor pego com a grana no Aeroporto de Congonhas em 2012. O Supremo aceitou a denúncia contra ele em 2019. A decisão sobre réus na linha sucessória foi tomada pelo tribunal em 2016, em ação movida pela Rede dois dias antes de a Corte afastar Cunha da chefia da Câmara, em maio daquele ano.

Cunha, Temer, Lira... Se cuida, Lula. •

WENDEL LOPES/MDB E MDB NACIONAL

MDB. Presidente da sigla, Baleia Rossi é cria de Temer e garantiu o lançamento de Tebet

O Judiciário é cúmplice

IMPUNIDADE Apenas 1% dos acusados por trabalho escravo é condenado à prisão em regime fechado no Brasil

POR RODRIGO MARTINS

"Elas foram privadas de estudo, não foram alfabetizadas. Uma delas nunca teve contato com dinheiro, não sabe distinguir notas. Elas nunca tiveram acesso a lazer, nunca foram ao cinema, nunca foram a uma praia", comenta a delegada Cynthia Silveira, da Polícia Federal, logo após a libertação de duas irmãs submetidas a condições análogas à escravidão na Paraíba. Segundo os autos da fiscalização, a mais jovem, de 38 anos, trabalhava como doméstica desde os 9 em João Pessoa para a filha da empregadora da irmã, que tem 57 anos e morava em Alagoa Grande.

Quando crianças, as irmãs moravam nas terras de um engenho. Após a morte dos pais lavradores, a senhora da casa-grande decidiu manter a moça mais velha como sua empregada e entregou a criança sob os cuidados da filha. "Isso lembra muito o período colonial, em que as trabalhadoras escravizadas eram passadas entre gerações de uma mesma família", observa o procurador Italvar Medina, da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete), vinculada ao Ministério Público do Trabalho.

As mulheres foram encontradas durante a Operação Resgate II, a maior operação de combate ao trabalho escravo no Brasil, que resultou na libertação de 337 trabalhadores, incluindo cinco crianças e adolescentes e quatro migrantes de nacionalidade paraguaia e venezuelana. Destes, 149 também foram vítimas de tráfico de pessoas, denuncia o MPT. No campo, os flagrantes ocorreram, sobretudo, nas lavouras de café e em fazendas de criação de gado para corte. Nos centros urbanos, destacou-se o caso de uma comunidade terapêutica que explorava a mão de obra de dependentes químicos, sem pagar qualquer remuneração. Outras quatro trabalhadoras domésticas, além das irmãs paraibanas, também foram libertadas.

Desde o início do ano, foram resgatadas ao menos 1.124 vítimas de trabalho escravo no Brasil. Os empregadores flagrados submetendo funcionários a jornadas exaustivas, condições degradantes, servidão por dívidas ou trabalhos forçados serão obrigados a formalizar o vínculo empregatício das vítimas, bem como pagar as verbas salariais e rescisórias devidas. Da mesma forma podem ser responsabilizados por danos morais individuais e coletivos, multas administrativas e ações criminais. Dificilmente, no entanto, os escravocratas serão condenados à prisão em regime fechado, embora o artigo 149 do Código Penal preveja até oito anos de reclusão a quem reduzir uma pessoa à "condição análoga à de escravo".

Em 11 anos, apenas 6,3% dos réus foram condenados definitivamente. Um terço dos indiciados nem sequer foi levado a julgamento

Uma megaoperação libertou 337 trabalhadores em julho deste ano

MOHAMMAD PONIR HOSSAIN/NURPHOTO/AFP

A impunidade, nos casos de responsabilização criminal, é a regra. Um terço dos indiciados nem sequer vai a julgamento e somente 6,3% dos réus são condenados definitivamente, atesta uma pesquisa da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG. Pior, apenas 1% dos acusados acabam sentenciados a mais de quatro anos de prisão e cumprem pena em regime fechado. Quando a pena é inferior a esse período, o condenado migra para o regime semiaberto e pode pleitear a prestação de serviços comunitários.

Encomendada pelo Ministério dos Direitos Humanos e financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pnud, a pesquisa analisou todas as ações penais instauradas no País com base no artigo 149 do Código Penal de 2008 a 2019. Segundo o estudo, diversos fatores contribuem para a impunidade. Um deles é morosidade da Justiça Federal, a provocar a prescrição dos crimes imputados em numerosos processos. Outro é a dificuldade de ouvir em juízo vítimas e testemunhas muitos anos após a fiscalização que constatou a ocorrência de trabalho escravo. Após serem libertados, muitos trabalhadores retornam aos estados de origem e nem sempre permanecem no mesmo endereço. Sem a confirmação dos depoimentos, os casos são arquivados por falta de provas.

O maior obstáculo é, porém, a relutância dos magistrados em reconhecer as condições degradantes impostas aos empregados como um dos elementos que caracterizam as formas contemporâneas de trabalho escravo, observa Lívia Miraglia, coordenadora da Clínica da UFMG. "Em muitos processos, vemos juízes e desembargadores reconhecendo que havia condições degradantes de trabalho, mas elas não seriam tão degradantes a ponto de configurar trabalho escravo", diz. "É curioso

porque, em 94% dos casos que monitoramos em Minas Gerais, vemos o tripé completo da degradância: alojamentos precários, ausência de saneamento básico e falta de água potável. Muitos trabalhadores nem têm colchões, precisam fazer as necessidades fisiológicas no mato e bebem a mesma água dada aos animais. Como é possível não considerar isso degradante o suficiente?"

Por incrível que pareça, o Supremo Tribunal Federal terá de decidir, provavelmente no segundo semestre deste ano, se a "realidade do campo" pode justificar o trabalho escravo. Em 25 de fevereiro de 2019, a Quarta Turma do TRF da 1ª Região absolveu dois acusados de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão no interior do Pará. Os réus contrataram verbalmente 52 trabalhadores, aliciados por "gatos", com a promessa de remuneração justa. Os lavradores foram, porém, submetidos a jornadas extenuantes e condições insalubres, sem quaisquer direitos. No acórdão da decisão, o relator Olindo Menezes observa que o trabalho rural "tem sempre o desconforto típico da sua execução, quase sempre braçal", mas não pode ser confundido com o trabalho em condições degradantes. Segundo o desembargador, os alojamentos precários, a falta de água potável e a ausência de instalações sanitárias são "comuns na realidade rústica brasileira", e só poderiam justificar a condenação "nos casos mais graves, nos quais, efetivamente, haja o rebaixamento do trabalhador na sua condição humana, em tarefas em cuja execução é submetido a constrangimentos econômicos e pessoais (morais) inaceitáveis".

Em raro lampejo de sensatez, o procurador-geral da República, Augusto Aras, recorreu da decisão, observando que não se pode admitir uma diferenciação do conceito de trabalho degradante no campo ou na cidade. "Decisões que, mesmo reconhecendo as condições inadequadas e degradantes a que são submetidos os trabalhadores rurais, deixem de imputar aos responsáveis as consequências jurídicas determinadas pelo Código Penal e pela Constituição, indo de encontro à dignidade das pessoas e à liberdade de trabalho, hão de ser reformadas", escreveu Aras, ao pedir para o STF se pronunciar sobre a controvérsia e reconhecer a repercussão geral do caso.

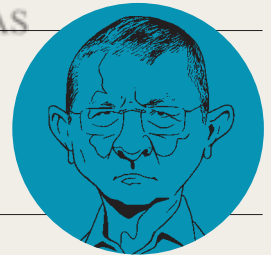
No segundo semestre, o STF deve decidir se a "realidade do campo" justifica o trabalho escravo

PIRÂMIDE DA IMPUNIDADE

Fonte: Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG, com dados oficiais do MPF, dos TRFs e do CNJ

"Até 2002, o artigo 149 do Código Penal tinha uma redação bastante vaga, que realmente dava margem para interpretação mais subjetiva por parte dos juízes. Mas isso mudou no ano seguinte, quando a redação incluiu os conceitos de jornada exaustiva e condições degradantes na caracterização do crime de trabalho escravo", observa Valena Jacob Chaves Mesquita, professora e pesquisadora da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia, vinculada à Universidade Federal do Pará, que participa do julgamento no STF na condição de *amicus curiae*. "Temos uma legislação sobre o tema bastante elogiada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelas Nações Unidas. O problema é que o Estado se recusa a cumpri-la. Desde 2014, a Emenda Constitucional nº 81 prevê a expropriação de terras de quem explora trabalho escravo para a reforma agrária. Mas o Executivo não cumpre a determinação, está à espera de regulamentação da matéria pelo Legislativo. Uma regulamentação que nem precisaria existir, na avaliação de numerosos juristas. E a bancada ruralista não deixa esse projeto avançar de modo algum."

Em sua tese de doutorado, Valena Mesquita analisou todas as ações penais ajuizadas contra acusados de trabalho escravo no Pará até 2014, quase 400 processos. "Ninguém foi preso", garante. "Lamentavelmente, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário são coniventes com o trabalho escravo no Brasil. Bastaria aplicar a lei para mudar o cenário que vemos hoje. E não se iluda: os escravocratas não são os pequenos produtores. Ao contrário, são os latifundiários, que figuram na cadeia produtiva do agronegócio." •

ALDO FORNAZIERI

O despertar da sociedade civil

▶ A reação contra o golpismo criou uma frente informal e quase espontânea em defesa da democracia. Mas isto não basta para deter Bolsonaro e seus fiéis

No começo, foram cerca de 70 entidades da sociedade civil, incluindo algumas de categorias de servidores públicos, a exemplo do Ministério Público e da Polícia Federal, que reagiram contra o ato de traição de Bolsonaro ao convocar embaixadores de outros países para atacar as instituições democráticas e as eleições. Em seguida, veio a reação da diplomacia americana e de outros países, manifestando apoio ao processo eleitoral e à Justiça. Depois veio a avalanche desencadeada pela carta da Faculdade de Direito da USP. São mais de 600 mil signatários, mas o mais importante é a pluralidade dessas assinaturas e o fato de que milhares delas representam entidades organizadas da sociedade civil. O fato de a Fiesp e a Febraban se manifestarem em apoio ao processo eleitoral e à democracia também tem um peso político muito significativo, por se tratar de um dos segmentos que vinham apoiando Bolsonaro.

Este despertar das entidades civis provocou o isolamento político de Bolsonaro no contexto da sociedade organizada e de suas instituições. A sociedade organizada emitiu um sinal claro de que não aceita uma interferência golpista do presidente ou de quem quer que seja no processo eleitoral. Trata-se de uma reação necessária à naturalização das atitudes antidemocráticas de Bolsonaro e seus seguidores. A reação contra o golpismo criou uma frente democrática informal e quase espontânea em defesa da democracia e das eleições. A quantidade de pessoas que se engajou espontaneamente causou surpresa em lideranças sociais e políticas.

Esta surpresa tem sua razão de ser, por alguns motivos. O primeiro é que a sociedade civil era um sujeito ausente da política brasileira. Foram anos de apatia e até de indiferença em relação aos destinos do País. Somente a brutal política de desmanche das instituições democráticas, da Ciência, da Cultura, da Educação e da Saúde conduzida por Bolsonaro abriu os olhos dos representantes sociais quanto à necessidade de agir e de dar um basta. A desmoralização do Brasil perante os embaixadores estrangeiros fez virar a chave, empurrando a sociedade para a ação.

O segundo motivo é que a oposição parlamentar e partidária foi incapaz de ser eficiente contra Bolsonaro. As Casas congressuais foram transformadas em cúmplices do presidente. E a oposição, com raras exceções, tornou-se cúmplice da política de terra arrasada de Arthur Lira.

O cenário político brasileiro mostra que Bolsonaro foi longe demais na sua política destrutiva e de ameaças à democracia. A sociedade como um todo estava e ainda está perplexa com a apatia das lideranças sociais e políticas. As reações espontâneas só ocorrem quando os líderes não cumprem o seu dever de dirigir, imprimir rumo e sentido aos acontecimentos políticos e sociais. Bolsonaro vinha ocupando o espaço abandonado pela oposição e pelas lideranças sociais.

Mas, se houve um despertar, falta dar movimento às iniciativas ocupando as ruas. Bolsonaro as ocupará no dia 7 de setembro, buscando reforçar sua estratégia de intimidação e de ataque ao processo eleitoral. O que farão as oposições? A sociedade democrática e os ativistas sociais esperam uma resposta. As manifestações das entidades organizadas, as declarações das diplomacias de diversos países em defesa das eleições e das urnas eletrônicas, o despertar da sociedade civil por meio dos manifestos e até mesmo a sinalização de integrantes dos comandos das Forças Armadas indicam que Bolsonaro não terá apoio para dar um golpe. Não há nem condições internas nem internacionais para isso.
É preciso, porém, atentar a um aspecto: não vai ter golpe, mas isso não significa que não haverá uma aventura golpista por parte de Bolsonaro e dos bolsonaristas. Uma aventura à Donald Trump, mas talvez dirigida contra os tribunais superiores: o STF e o TSE. Existem quatro formas de inibir essa aventura: **1.** Deixar claro que seus líderes e os que cometerem crimes serão presos. **2.** Aumentar a ofensiva em de defesa da democracia e das eleições, ampliando o isolamento político de Bolsonaro. **3.** Mobilizar a sociedade com atos e eventos em defesa da democracia e das eleições. **4.** Montar esquemas de segurança, principalmente em Brasília, para proteger os tribunais e outros possíveis alvos dos aventureiros. O bolsonarismo precisa ser intimidado e dissuadido pela reação da sociedade organizada. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Padrinho forte

BAHIA Jerônimo Rodrigues minimiza a aproximação do PT com o partido de ACM Neto e reitera: "O candidato de Lula sou eu"

A FABÍOLA MENDONÇA

No fim de julho, o PT fez um aceno ao União Brasil. Tentou convencer o presidente da legenda, Luciano Bivar, a desistir de disputar a Presidência da República e apoiar Lula ainda no primeiro turno. Em troca, teria ajuda na reeleição como deputado federal e poderia, inclusive, chefiar a Câmara. A saída de Bivar da disputa diminuiria o número de candidatos e aumentaria consideravelmente o tempo de exposição de Lula na tevê aberta. Era mais uma investida do PT com vistas a liquidar a fatura no primeiro turno. Bivar até se empolgou com a proposta e desistiu da Presidência, mas, por pressão de aliados nos estados, não levou o UB para o palanque petista. Em vez disso, anunciou Soraya Thronicke como a candidata do partido.

Essa tentativa de acordo provocou reação imediata dos candidatos dos dois partidos, principalmente nos estados onde as legendas são adversárias históricas e enfrentam uma disputa acirrada para o governo do estado, como na Bahia. De um lado, ACM Neto lidera as pesquisas de intenção de voto. Do outro, Jerônimo Rodrigues, petista indicado pela aliança que comanda o governo baiano há 16 anos e que recebeu a bênção de Lula.

Embora esteja mais de 30 pontos atrás de ACM, Rodrigues aposta na popularidade de Lula para reverter a desvantagem e lembra o histórico de erros das pesquisas eleitorais no estado. As sondagens costumam favorecer candidatos de direita, mas as urnas revelam a hegemonia da esquerda. Na entrevista a seguir, Rodrigues fala sobre essas questões e comenta a estratégia para vencer ACM Neto na disputa pelo governo baiano.

CartaCapital: Como o senhor viu essa movimentação do PT de se aliar ao União Brasil, partido de seu maior adversário na Bahia?

Jerônimo Rodrigues: O aceno mais forte de Lula na Bahia ocorreu em 30 de março, quando o PT apresentou meu nome, o de meu vice, Geraldo Júnior, o do senador Otto Alencar na chapa majoritária. Foi o primeiro momento da nossa pré-candidatura e, daí, corremos toda a Bahia para apresentar o que faremos a partir de 2023, ouvindo a população em cada território sobre as demandas mais importantes para constar no programa de governo participativo. Agora, Lula é candidato a presidente e precisa dialogar com todos os partidos. A gente tem dito que o Brasil tem jeito com Lula presidente e a Bahia tem lado, diferente do ex-prefeito de Salvador, que pega carona na campanha do Lula ou tem vergonha de assumir a candidatura do atual presidente. Em 2018, ele fez campanha para Bolsonaro, os cargos do governo federal na Bahia estão ocupados pelos partidos que estão com ele.

> "Todo recurso para matar a fome do povo é importante, mas Bolsonaro podia ter feito isso antes e não fez"

CC: ACM Neto poupa críticas a Lula devido ao grande favoritismo do ex-presidente no estado, e Lula parece fazer o mesmo em relação a ele. Sem falar que ACM Neto declarou que pode apoiar Lula no segundo turno. Isso não atrapalha a sua candidatura?

JR: O ex-prefeito vai ter de se resolver, porque os eleitores sabem que o candidato de Lula é Jerônimo, e sabe quem é o candidato do atual presidente. O ex-ministro João Roma assumiu que é o candidato do Bolsonaro, mas o ex-prefeito chegou a dizer que tanto faz quem ganhar. Para ele está bom o governo Bolsonaro, um presidente que botou novamente o Brasil no mapa da fome, que fez o País voltar a falar de inflação, de carestia, de aumento do desemprego, que revelou não ter nada de humano durante a pandemia, ficou brincando com as pessoas que morriam, que sofriam. Eu vou governar a Bahia, a partir do ano que vem, sendo parceiro de Lula.

CC: Em relação aos números das pesquisas, qual a estratégia para mudar o quadro desfavorável?

JR: As pesquisas têm um histórico de erros no estado. Foi assim com Jaques Wagner em 2016. No sábado, antes da eleição, os jornais diziam que perderíamos na Bahia e que não teria segundo turno. Realmente não teve, mas quem ganhou foi a gente. Em 2014, com Rui Costa foi a mes-

Miragem. Rodrigues lembra o histórico de erros das pesquisas ao falar sobre a desvantagem nas intenções de voto

ELÓI CORRÊA/GOVBA

ma coisa. E agora estamos muito próximos de um terceiro cenário nessa linha. As pesquisas internas mostram que, quando meu nome é associado ao de Lula, ao de Rui, ao de prefeitos de determinadas cidades, ao de Jaques Wagner e de Otto Alencar, a gente fica bem colado nele ou até à frente. E olhe que nem começou a campanha oficial. Tem ainda a vantagem de termos do nosso lado um presidente muito bem avaliado na Bahia, tem lugares que ele bate 70%, 80%. É um acervo político nosso e não sou candidato de mim mesmo, mas de um projeto. Temos um legado. Dirigi a Secretaria de Desenvolvimento Rural e fui o secretário estadual de Educação que mais investiu em infraestrutura em escolas. Vamos continuar cuidando da Bahia e ajudar o Lula a erradicar a fome e a gerar emprego e renda.

CC: No início, o PT teve dificuldade na montagem do palanque: Jaques Wagner desistiu de disputar o governo, Rui Costa queria sair para senador, mas iria bater de frente com Otto Alencar, o PP saiu da aliança. Agora, o PCdoB está insatisfeito por não ter sido contemplado na chapa majoritária e o Solidariedade, aliado de Lula em nível nacional, está com ACM Neto. Essa questão retardou o lançamento do seu nome? Prejudicou a campanha?

JR: A saída do PP da coligação para nós é página virada. A gente recompôs a aliança trazendo o MDB e outros partidos. Na política tem disso. A gente optou pela inovação. Eu sou o novo, como o Rui e o Wagner foram. Estou pronto, coordenei duas campanhas de Rui. Mas sou o novo trazendo um acervo de militância, de movimentos sociais, tenho o perfil que a sociedade baiana precisa. Qualquer movimento que a gente faça dentro do campo da política da forma certa supera qualquer dificuldade com o tempo.

CC: Como o senhor vê a situação de João Roma, candidato de Bolsonaro, e o possível impacto na Bahia da PEC eleitoral, que libera verbas para programas sociais?

JR: É importante que tenhamos vários candidatos para garantir o debate e a democracia. Mas quero saber qual vai ser o discurso do ex-ministro ao defender um governo desastroso. A PEC eleitoral foi criada para minimizar a imagem muito negativa e grande reprovação que Bolsonaro acumula. É claro que todo recurso para matar a fome do povo é importante, mas ele teve tanto tempo para fazer isso antes e não fez. •

Terrivelmente engajadas

RELIGIÃO Feministas evangélicas buscam romper o silêncio sobre temas como a descriminalização do aborto nas igrejas

POR RENÉ RUSCHEL

Reação. As fiéis também são vítimas da violência de gênero, lembra a antropóloga

O debate sobre o aborto e a violência de gênero ganha contornos cada vez maiores no meio evangélico. Embora a maioria dos pastores e líderes religiosos trate do tema sempre sob o viés conservador, coletivos de mulheres têm procurado furar o bloqueio das ideias progressistas nas igrejas. Em 2018, uma pesquisa conduzida pela teóloga Valéria Vilhena, em seu doutorado na Universidade Presbiteriana Mackenzie, revelou que as evangélicas são as principais vítimas da violência doméstica. "Na pesquisa, 40% das entrevistadas admitiram sofrer agressões físicas ou verbais de seus companheiros", comenta a pesquisadora. E foi a partir dessa realidade que os coletivos de fiéis feministas começaram a se organizar para o debate.

Em 2020, um clipe musical interpretado por uma cantora gospel mostrava uma mulher vítima de agressões do marido, mas a intérprete dizia "apenas orar" pela recuperação espiritual do companheiro violento. Foi o que bastou para um grupo de diferentes igrejas se reunir e criar o Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil, hoje presente nas cinco regiões do País. "Desde então", explica a cientista social Simony dos Anjos, doutoranda em Antropologia pela USP, "o Mosmeb propõe-se a realizar um trabalho para a formação política de mulheres evangélicas, para discutir a fé libertária que respeite seus corpos." O coletivo está presente em manifestações e promove reuniões sobre temas como racismo, machismo, teologia feminista e aborto. Sem tabus nem temas proibidos.

No fim de junho, a interrupção voluntária da gestação voltou a se sobressair nas discussões. Em Santa Catarina, uma menina de 11 anos foi estuprada, mas a juíza Joana Ribeiro Zimmer tentou induzir a criança a desistir do procedimento, autorizado pela lei. Esse fato, comenta Simony, revelou que, embora os fundamentalistas tenham defendido a postura da magistrada, um número grande de evangélicas, que não defendem pautas feministas e pessoalmente são contrárias ao aborto, mostrou-se solidário à menina estuprada e compreendeu suas razões para pôr fim à gravidez. "Penso que esse debate entre os evangélicos tem várias perspectivas. A primeira é aquela que defende a proibição do aborto em todas as suas condições. A segunda defende a manutenção da lei atual, e um terceiro grupo defende a ampliação da permissão do aborto previsto em lei."

Simony acredita que, apesar da divisão, a maioria dos evangélicos convive bem com a atual legislação, que autoriza o aborto apenas em casos de estupro, risco de morte materna ou feto com anencefalia. O nó górdio está no grupo de fiéis progressistas que defende o procedimento sob a perspectiva da saúde pública e dos direitos humanos. Ou seja, o aborto seguro, universal e gratuito, acompanhado de uma legislação

“Nossa fé não pode interferir nas liberdades laicas das mulheres”, diz Simony dos Anjos

TOMAZ SILVA/ABR E ANNELIZE TOZETTO

que garanta os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. “Eu não faria um aborto, mas defendo que todas as mulheres possam ter o direito de decidir sobre seus corpos. Não se trata de contrariar os princípios cristãos. Nossa fé não pode interferir nas liberdades laicas das mulheres”, explica a antropóloga.

O principal argumento dos coletivos na defesa desta pauta é tratar o aborto como uma questão de saúde pública. Um relatório publicado pela ONG Human Rights Watch, com sede em Nova York, mostra que apenas 0,4% dos abortos realizados no Brasil são legais. Cerca de 416 mil brasileiras interromperam uma gravidez em 2015, segundo a Pesquisa Nacional do Aborto. Somente 1.667 desses abortos foram realizados por médicos credenciados pelo SUS, conforme dados do Ministério da Saúde.

Pesquisas atestam que a morte de mulheres pela prática do aborto clandestino é a quinta causa de óbito materno no Brasil, sem contar os casos que deixam graves sequelas ou complicações. “Se o sistema de acolhimento das mulheres que desejam interromper uma gestação fosse humanizado, se essas mulheres pudessem escolher interromper gestações com segurança e com orientações de saúde sexual pós-interrupção, as mortes e complicações estariam próximas de zero”, observa Simony.

Foram essas estatísticas que modifi-

caram a atuação parlamentar da deputada estadual gaúcha Sofia Cavedon, do PT. Professora, ela sempre priorizou a bandeira da educação. Mas, ao se deparar com os números divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde, ficou perplexa e ampliou a pauta. Entre 2018 e 2021, segundo dados oficiais, 1.983 adolescentes, entre 10 e 14 anos, foram mães no Rio Grande do Sul, média de 1,81 caso por dia. Com idades entre 15 e 19 anos, esse número chegou a 55.206 jovens, que representa 50 nascimentos por dia.

Agora, como Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, Cavedon encabeça uma campanha de conscientização nas escolas. "Nossa luta é para que o Estado e o Ministério Público cumpram aquilo que a lei determina e as adolescentes tenham consciência de seus direitos. Não queremos nada mais que isso", diz a deputada. A omissão do Estado começa pelo número de hospitais credenciados a realizar os procedimentos legais. São apenas nove estabelecimentos para uma população estimada em mais de 5,8 milhões de mulheres.

Não é fácil, porém, furar o bloqueio imposto por líderes religiosos conservadores. Os coletivos de evangélicas progressistas não são aceitos em muitas denominações, principalmente nas igrejas neopentecostais. "Somos desrespeitadas, temos nossa fé desacreditada e somos difamadas o tempo todo. Por isso, criamos esses grupos paraeclesiais", conta Simony. "Neles temos acolhimento, conforto e encorajamento para continuar defendendo aquilo em que acreditamos. Sem debate, não vamos avançar."

Nas igrejas, as mulheres estão sujeitas às mesmas violências e assédios que podem ocorrer em qualquer outro ambiente, afirma. Mas, devido ao culto à moral e aos bons costumes, o silêncio é maior. "As mulheres acham que têm culpa, que pecaram e têm medo de denunciar. Assim, os abusadores acham nas igrejas um lugar seguro para transgredir."

De acordo com Simony, muitas mulheres com problemas familiares ou de autoestima acabam sucumbindo a religiosos que conseguem manipular as inseguranças e a fé dessas mulheres. "Quando elas são abusadas, ficam com vergonha e se sentem pecadoras."

Sexismo. Muitas igrejas ainda relutam em aceitar mulheres em postos de liderança, lamenta o pastor Cláudio de Oliveira Ribeiro

O aborto clandestino é a quinta maior causa de óbitos maternos no Brasil

Para a teóloga Valéria Vilhena, a ausência de pastoras mulheres contribui para a perpetuação desse cenário. "Quando essa mulher procura o seu pastor para dizer que está sendo assediada, normalmente não recebe apoio. O pastor aconselha mais submissão, em nome de Deus. 'Seja sábia, fique calada, não enfrente'." Pior, muitas igrejas não veem com bons olhos mulheres em cargos de liderança. "Elas são bem-vindas para ser mulheres de oração, de intercessão, para arrumar a igreja, para lavar toalhinha, para cuidar da limpeza e para fazer visitas."

Cláudio de Oliveira Ribeiro, pastor metodista no Rio de Janeiro, reconhece que a ausência de lideranças femininas nas igrejas evangélicas é um tema que precisa ser debatido. "No caso do aborto, as mulheres podem estabelecer outro tipo de relação. Como pastor, sempre procurei fugir dessa visão comum e tentar ouvir mais do que falar, perceber mais do que julgar." O religioso reconhece as dificuldades das igrejas em lidar com questões como a sexualidade humana, uma vez que, na maioria das vezes, elas são lideradas por homens marcados por mentalidades preconceituosas e intolerantes. Para ele, o debate das questões dos direitos sexuais e reprodutivos deve ser intensificado, principalmente no que diz respeito à descriminalização do aborto: "É preciso que as mulheres deixem de carregar o fardo da culpabilidade e da criminalidade." •

ARQUIVO PESSOAL

PEDRO SERRANO

A PGR e o atraso civilizatório

▶ A decisão pelo arquivamento de sete das dez acusações da CPI da Covid é acintosa e representa um atentado à Constituição

Ao pedir o arquivamento de quase todas as investigações do relatório final da CPI da Covid, a Procuradoria-Geral da República tomou uma decisão absolutamente equivocada no plano do Direito. Como consequência, levantou suspeitas, manifestadas pela mídia, de intenção política de preservar o presidente da República.

É inegável que houve por parte do governo federal, na condução do enfrentamento da pandemia, uma postura contra a ciência, uma atitude ilegal e inconstitucional. Seguir as recomendações de entidades científicas durante uma pandemia não representa decisão facultativa: trata-se de um dever, como advertia, em 1938, o jurista Themístocles Cavalcanti. Estudos da Faculdade de Saúde Pública da USP demonstram claramente a conduta delituosa do governo federal na produção de diversos atos administrativos durante a referida pandemia.

O que se deu no Brasil foi o oposto. Bolsonaro militou contra as medidas sanitárias e agiu contra elas. Atrasou a compra de vacinas, incentivou aglomerações e defendeu a cloroquina, na contramão de pareceres científicos sobre a substância, além de haver suspeitas de que possa, eventualmente, ter prevaricado no caso do contrato do imunizante Covaxin.

A PGR argumentou não haver materialidade nesses crimes. Grave equívoco. Bolsonaro não apenas verbalizou ser contrário às medidas sanitárias cabíveis no cenário que nos assolou. A decisão de negar-se a comprar vacinas, por si só, causou a morte de um grande número de brasileiros. Essas vidas poderiam ter sido poupadas com a compra dos imunizantes em tempo hábil. Há um impacto direto e palpável da ação do presidente nos resultados devastadores da pandemia no País. A tragédia só não foi maior graças ao governo do estado de São Paulo e ao Instituto Butantan, que, nos primeiros meses de 2021, ofereceram a Coronavac à população.

Ao cometer tais equívocos jurídicos, a PGR compromete sua imagem e a do Ministério Público perante a sociedade. O MP, por sinal, costuma ser alvo de críticas e questionamentos por ter alguns dos servidores públicos mais bem remunerados do Brasil, e o arquivamento do inquérito em muito contribui para reforçar vieses negativos sobre o funcionamento dessa instituição.

Equívocos dessa natureza são corriqueiros em nossa história. Os governos brasileiros, em sua maioria, se caracterizaram por nomear procuradores-gerais que operavam como aliados no acobertamento de transgressões. É notório o caso de um deles que, no mandato de FHC, ficou conhecido como "engavetador-geral da República". No período da ditadura, tal deturpação institucional tornou-se estratégica para efetivar intenções nefastas. Isso sempre ocorreu, salvo nos governos de Lula e Dilma, que nomearam procuradores-gerais com base em uma eleição interna, possibilitando ao Ministério Público atuar com muito mais autonomia, inclusive cometendo abusos contra o governo.

A decisão pelo arquivamento de sete das dez acusações da CPI da Covid é acintosa e representa um atentado à Constituição. Cabe, inclusive, o pedido de *impeachment* do procurador-geral, medida impensável pelo fato de o Parlamento estar sob domínio do atual governo. Caso Bolsonaro não seja reeleito, nada impede que, no próximo mandato, o futuro procurador-geral reabra esses inquéritos. Evidentemente há no Ministério Público uma ala efetivamente democrática que cumpre a Constituição e as leis. Esperamos que, em alguma ocasião, um dos integrantes dessa ala seja nomeado para restabelecer a normalidade.

Por ora, o que está decidido é definitivo. Se o procurador-geral não quer fazer a denúncia, ninguém pode obrigá-lo, nem mesmo o Supremo Tribunal Federal. O STF não tem o papel de substituir o Ministério Público. As únicas questões em que o STF pode interferir são aquelas que, no Direito, são chamadas de *contempt of Court* (desacato à Corte, *em inglês*), quando a própria Corte é vítima de violência e o MP não faz nada a respeito.

A omissão da PGR nessa circunstância de arquivamentos indevidos configura mais um elemento caótico proporcionado por este governo. O funcionamento das instituições tem sido continuamente abalado na gestão de Jair Bolsonaro, e são fartos os exemplos dessas desvirtuações – desde ataques infundados às urnas eletrônicas até o indulto ilegalmente concedido ao deputado Daniel Silveira. Os atentados do presidente contra a saúde pública não podem passar impunes, bem como todo o processo de escalada que envolve o nosso recente atraso civilizatório. Urge que esse declínio generalizado seja interrompido, para que possamos voltar a ter recursos mínimos para a reconstrução do País. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

O vírus da inércia

VARÍOLA Pior que a *Monkeypox* é a inação do Ministério da Saúde diante de mais uma emergência sanitária global

POR MARIANA SERAFINI

A varíola humana foi extinta nos anos 1980. Desde então, não se falava mais na moléstia. Em maio, a Organização Mundial da Saúde emitiu, porém, o alerta de uma nova ameaça, o *Monkeypox*, mal traduzido como "varíola do macaco". O vírus, oriundo de um roedor, foi identificado em humanos pela primeira vez em 1970, na República Democrática do Congo. Agora, voltou a se espalhar e está presente em 74 países, dos quais 68 nunca tinham registrado um único caso.

Até a terça-feira 2, o Brasil registrou mais de 1,3 mil infecções pelo *Monkeypox*. A maioria dos casos concentra-se em São Paulo, estado com o maior número de viajantes que passaram pela Europa e EUA. Endêmico na África, o vírus alastra-se nos países do Norte, além da América do Sul, Ásia e Oceania.

De acordo com especialistas, existem duas cepas diferentes do vírus, uma da África Ocidental e outra da Bacia do Congo. Esta última é mais contagiosa e apresenta taxa de letalidade que varia de 1% a 10%. A primeira variante, por sua vez, tem mortalidade mais baixa, entre 1,4% e 3%. A doença, em si, não deveria ser motivo de pânico no Brasil, que dispõe de um sistema universal de saúde a cobrir todo o território nacional, além de *expertise* no enfrentamento de epidemias. Mas, com a asfixia financeira imposta ao SUS pela emenda do Teto de Gastos Públicos e com o histórico de negacionismo do governo Bolsonaro, a OMS tem enviado sucessivos alertas para o Brasil não deixar o vírus correr solto.

Professor do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp e ex-ministro da Saúde, Arthur Chioro é taxativo ao afirmar que o pior não é a doença propriamente dita, e sim a fragilidade do SUS. "O grande problema no Brasil é a desarticulação do nosso sistema de saúde,

ISTOCKPHOTO

em razão da postura fragilizada, omissa e desqualificada do nosso Ministério da Saúde. Eu diria que, talvez, esta seja a maior gravidade da situação, nos pegar num momento de tanta fragilidade."

Tão grave quanto o vírus é a falta de informação. "A esta altura do campeonato, o Ministério da Saúde tinha de estar liderando a informação para a população", explica Chioro. De acordo com o médico sanitarista, o quadro atual da doença exige que o governo federal faça uma campanha de comunicação de massa para orientar não só a população em geral, mas também os agentes de saúde, que estarão na linha de frente no combate ao *Monkeypox (leia a coluna à pág. 65)*.

Até agora, o governo não apresentou um plano de ação. Na segunda-feira 1º, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou a compra de 50 mil doses de vacina, que deverão chegar ao País em dois lotes, o primeiro em setembro e o segundo, provavelmente, em outubro. A medida mostra-se insuficiente porque, diferentemente do ocorrido na pandemia da Covid-19, ainda sem desfecho, a vacina contra o *Monkeypox* não será aplicada em toda a população. Orientar sobre as formas de prevenção e a busca por atendimento seria mais eficaz para controlar a disseminação do vírus, afirmam especialistas consultados por *CartaCapital*.

Tão logo a doença começou a ser detectada fora da África, a OMS declarou estado de emergência global de saúde, em 23 de julho. Isso significa que os Estados membros da Organização Mundial da Saúde devem cumprir um protocolo sanitário e preparar seus sistemas de saúde para lidar com a situação. Nos EUA, a cidade de Nova York e o estado da Califórnia decretaram estado de emergência. No Canadá, os pacientes começaram a ser vacinados.

Com o SUS, o Brasil tem condições de criar uma rede eficaz de diagnóstico, isolamento e busca de infectados. Seria possível, inclusive, isolar todos os pacientes contaminados e conter o alastramento do vírus desde o começo, comenta Chioro. Individualmente, não há muito a ser feito além de cuidados básicos, alguns dos quais já foram incorporados à nossa rotina devido à pandemia da Covid-19. Lavar as mãos com água e sabão, ou higienizar com álcool 70%, manter distância e usar máscara em ambientes cheios. Em hipótese alguma tocar na pele de uma pessoa contaminada sem equipamentos de proteção.

O vírus é transmitido principalmente através do contato de pele com pele, por isso manter relação sexual com uma pessoa contaminada tem sido a principal forma de contágio. Além disso, gotículas de saliva também podem transmitir a doença. Em menor escala, superfícies, roupas comuns e roupas de cama utilizadas por pacientes contaminados também podem armazenar o vírus.

O Brasil registrou mais de 1,3 mil casos confirmados até a terça-feira 2

Neste primeiro momento, identifica-se um grupo mais vulnerável à doença: os homens que mantêm relações sexuais com outros homens (HSH). Mas tanto a OMS quanto a Sociedade Brasileira de Infectologia ressaltam que não se trata de uma predisposição desses pacientes. O que aconteceu, segundo o presidente da entidade no Distrito Federal, José David Urbaez Brito, foi uma infeliz coincidência: o vírus começou a se alastrar no mundo justamente nos meses em que os movimentos LGBTQIA+ cumprem suas tradicionais agendas. Com isso, muitas pessoas viajaram para a Europa para participar de manifestações.

O Brasil também abrigou paradas *gays* nas principais capitais do País, favorecendo a propagação do vírus, que precisa apenas de um contato para se instalar. Urbaez Brito é incisivo ao dizer: "Poderia ter acontecido no Carnaval, em abril, mas nessa época o vírus ainda não estava circulando".

Diante da concentração de casos nesse grupo, o infectologista sugere a criação de campanhas de informação dirigidas a esse público, com o cuidado de não criar estigmas. A OMS recomenda, ainda, a redução do número de parceiros sexuais para evitar o contágio. Ao menos enquanto o *Monkeypox* estiver à espreita. •

O legado de Bolsonaro

SOCIEDADE CIVIL Ativistas articulam um Observatório da Governança Ambiental para monitorar políticas públicas no País

Em resposta aos retrocessos na área ambiental, um grupo formado por cerca de 40 observadores nacionais e internacionais lançou, na quinta-feira 4, o Observatório da Governança Ambiental do Brasil (Ogan), integrado por ambientalistas, pesquisadores, juristas e estudiosos sobre o tema. A ideia é reunir uma equipe multidisciplinar para se debruçar no acompanhamento e elaboração de políticas públicas voltadas para governança ambiental, tendo como ponto de partida o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), com base na legislação nacional e nos tratados internacionais dos quais o País é signatário. O projeto pretende discutir meios para reestruturar e aprimorar o Sistema, desmantelado pelo governo Bolsonaro.

"Todo retrocesso traz uma reação equivalente da sociedade e o observatório é essa reação, a construção de elementos de controle social permanente, não importa qual seja o governo, para auditar a política ambiental, a partir de uma participação social qualificada, com abordagem científica", explica Carlos Bocuhy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam) e um dos idealizadores do Ogan. "Se não houver ampla e efetiva participação social, dificilmente as políticas públicas terão eficácia. O acúmulo de desconformidade ambiental neste momento acabou gerando o Ogan, um instrumento de acompanhamento."

A ideia é fazer do Observatório um projeto em movimento, sempre em construção, se alimentando e retroalimentando de informações que vão surgindo e que serão analisadas para aprimorar a governança ambiental. As agendas prioritárias têm como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável defendidos pelas Nações Unidas, a incluir problemas urbanos, socioambientais e temas transversais que perpassam a questão do meio ambiente. Segundo Bocuhy, o debate sobre sustentabilidade é visto como questão de sobrevivência e precisa ser reconfigurado.

"Temos hoje muita clareza sobre qual modelo econômico precisa ser aplicado visando o futuro. Não precisa inventar a roda, a ciência apontou o caminho. A economia tem de ter uma nova visão, em que haja o limite das alterações aceitáveis dos ecossistemas para o processo de permanência, que ela seja perene, que permita a produção ao longo do tempo", afirma o coordenador do Ogan. "Tem de haver uma mudança. Os bancos têm de mudar, os agentes que financiam têm de saber o que eles estão financiando. Esse processo é bastante discutido até em documentos do Fórum Econômico de Davos. Está tudo posto. O que precisa é estabelecer mecanismos de implementação. Não é difícil, o problema é a falta de vontade política."

Bocuhy elenca alguns dos problemas mais urgentes que deverão entrar de pronto na pauta do Observatório da Governança Ambiental, como a realidade de São Paulo, estado mais rico do País e com elevado nível de degradação ambiental. Na transição para uma economia de baixo carbono, o ambientalista diz ser necessária uma mudança do modelo de desenvolvimento, a partir de uma proposta ecológica, que assegure a sobrevivência dos ecossistemas essenciais. Bocuhy critica, por exemplo, o modelo de agronegócio brasileiro, com produção em grande escala, mas que vitima a própria sociedade, seja pela intoxicação com agrotóxicos, seja pela forma inadequada de lidar com o manejo do solo. Nesse aspecto, o Ogan propõe a agricultura familiar, a agricultura em pequena escala e a produção mais artesanal, pensando num projeto que gere emprego e renda.

"A escala de produção comercial não tem vínculo com a questão ambiental. O agronegócio como se apresenta hoje tem uma configuração colonialista. Tem de produzir melhor, com

"Todo retrocesso traz uma reação equivalente", comenta Bocuhy

ISTOCKPHOTO E LUÍS MACEDO/AG.CÂMARA

O desmatamento na Floresta Amazônica atinge mil quilômetros quadrados a cada mês

qualidade e mantendo o patrimônio ambiental existente. Na lógica do Observatório, esse modelo econômico e de agronegócio não vai encontrar espaço. Como está, a sociedade vai sucumbir." A preservação da Amazônia é outro grande desafio. São mais de mil quilômetros quadrados por mês de desmatamento na região, que se agrava ainda mais com a escalada da criminalidade, devido à mineração ilegal, grilagem, tráfico de madeira e drogas e ataques a terras indígenas. O Pantanal e a desertificação no Nordeste são outras prioridades do Observatório, regiões que sofrem há anos com as mudanças climáticas.

Dentro da estratégia de defesa do meio ambiente, o Ogan terá um diálogo permanente com o Parlamento Europeu. "Não dá mais para pensar que políticas ambientais são exclusivas de um país, até porque os problemas são planetários. É muito importante ter pessoas observando o Brasil de fora, com visões, realidades e modelos de desenvolvimento diferentes", destaca Bocuhy, defendendo que a participação da sociedade civil nas decisões do País é um dos mecanismos mais importantes da democracia.

O Ogan pretende, ainda, estabelecer parcerias com o Ministério Público e órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal. A articulação visa reabilitar o Sisnama, apontado como o mais importante órgão de defesa do meio ambiente, uma espécie de guarda-chuva federal, a abrigar órgãos estaduais e municipais. "Os três poderes têm competência concorrente, todos têm obrigação, mas virou incompetência concorrente, porque ninguém faz a lição de casa", critica Bocuhy. O Observatório prepara a elaboração de um dossiê com propostas em defesa do meio ambiente, o qual será entregue a todos os presidenciáveis. •

– Por Fabíola Mendonça

De volta às confissões

ANÁLISE A economia é uma ciência moral. Ela nos ensina que não somos deuses, mas humanos, prisioneiros da incerteza

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Há tempos, em colaboração com Gabriel Galípolo, perpetramos a ousadia de uma crítica de cinema na coluna que *CartaCapital* nos concede. No espartilho de nossas limitadas capacidades, ousamos resenhar *As Confissões*, filme dirigido por Roberto Andò. O filme apresenta o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Daniel Roché, personagem encarnado pelo ator francês Daniel Auteuil. Na data de seu aniversário, Roché marca uma reunião com os ministros das Finanças dos oito países mais poderosos do planeta em um luxuoso hotel na Alemanha. Estão também no rol dos convidados uma escritora de livros infantis, um músico e... um monge trapista.

Diante dos desencontros, enganos e desenganos das teorias econômicas e de suas desastradas recomendações de políticas, confesso que tomei mais inspiração da obra do cineasta italiano que dos tró-ló-lós dos "cientistas" da crematística.

Na abertura do jantar de aniversário, o diretor-gerente lembra John Maynard Keynes: a economia é uma ciência moral. Ela nos ensina que não somos deuses, mas humanos, prisioneiros da incerteza, das expectativas e, por isso, não conseguimos compreender todas as consequências de nossas ações.

No capítulo XII da *Teoria Geral – Expectativas de Longo Prazo* escreveu Maynard Keynes: "O nosso conhecimento dos fatores que governarão o rendimento de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desdenhável. Para falar com franqueza, temos de admitir que as bases de nosso conhecimento para calcular o rendimento provável, nos próximos dez ou mesmo cinco anos, de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, um produto farmacêutico patenteado, uma linha transatlântica de navios ou um imóvel na City de Londres se reduzem a bem pouco e às vezes a nada".

> **Keynes introduziu na teoria econômica as relações complexas entre estrutura e ação humana**

No mesmo capítulo XII, os concursos de beleza promovidos pelos jornais servem de exemplo para descrever a formação de convenções nos mercados de ativos. Os leitores são instados a escolher os seis rostos mais bonitos entre uma centena de fotografias. O prêmio será entregue àquela cuja escolha esteja mais próxima da média das opiniões. Não se trata, portanto, de apontar o rosto mais bonito na opinião de cada um dos participantes, mas de escolher o rosto que mais se aproxima da opinião dos demais. Keynes, desse modo, introduz na teoria econômica as relações complexas entre estrutura e ação humana. Na esteira de Freud, ele cuida das configurações subjetivas produzidas pelas interações entre grupos sociais e seus indivíduos. Estão aí implícitos os processos de individuação media-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 41
Paulo Nogueira Batista.
O Ocidente não exerce mais um domínio inconteste

MARES FILMES

dos pelo objetivo da produção capitalista – a acumulação de riqueza monetária. A busca da diferenciação pelo maior ganho monetário torna todos iguais.

Nos *Rougon-Macquart*, Émile Zola antecipou-se a Keynes ao apresentar a família como um pequeno grupo que, à primeira vista, parece profundamente diferente entre si, mas a observação cuidadosa os revela intimamente iguais, ligados uns aos outros. No *L'Argent*, Zola abre a narrativa com a visita de Saccard à Bolsa de Paris. Saccard tinha à sua frente o celebrado Amadieu, que a Bolsa reverenciava, desde o famoso golpe das Minas de Selsis. Quando os títulos caíram para 15 francos, e cada comprador era considerado um louco, Amadieu colocou no negócio a sua fortuna, 200 mil francos, aleatoriamente, sem cálculo ou talento, por uma teimosia de sortudo. Quando a descoberta dos veios de ouro da mina fez com que os títulos ultrapassassem o preço de mil francos, ele ganhou cerca de 15 milhões. E sua operação tola, que deveria tê-lo aprisionado à indiferença, agora o elevou à condição de admirado cérebro financeiro.

Voltemos ao filme. Após a exposição de Roché, os ministros se entreolham, abalados em suas certezas. Certezas que entrariam em pânico depois de uma longa confissão de Roché ao monge. À confissão seguiu-se a morte do diretor-executivo, sufocado em um saco de plástico. Ao pânico sucede-se a suspeita. O monge, perigosíssimo suspeito, poderia saber do plano final, elaborado para terminar com todos os planos e impor a supremacia do saber econômico sobre a vida dos humanos de carne e osso. Pressionado, ameaçado, o monge resiste.

Lições cinematográficas. A reunião dos ministros das Finanças no filme *As Confissões* e o frade que desafiou uma poderosa de Wall Street: "Temos ideias diferentes a respeito da civilização"

Depois do provável suicídio, são cada vez mais frequentes as reuniões entre os senhores das finanças, na tentativa de espantar os temores da revelação de um plano terrível para ajustar as economias depois da crise financeira de 2008. Em um dos conclaves, a ministra do Canadá narra as conversas que manteve com Roché à vespera de sua morte. O diretor- executivo do FMI teria dito: "Estamos privando o mundo da esperança. O mínimo que podemos fazer é dar ilusões em troca".

No embalo das ilusões, Roché contou uma piada à ministra:

"Um homem precisa de um transplante

de coração. O médico diz: 'Posso lhe dar o coração de uma criança de 5 anos'".

O paciente recusa. "Jovem demais".

O médico reflete e diz: "Que tal o coração de um gerente de Hedge Fund de 40 anos?"

"Não, obrigado, ele não tem coração."

"E o coração de um diretor de Banco Central de 60 anos?"

"Eu aceito!"

"Por quê?"

"Porque nunca foi usado."

Nas cenas finais, o frade é submetido a uma teleconferência para sofrer os vitupérios de uma dama, Senhora do Universo de Wall Street. "O senhor é uma ameaça à civilização." Mansamente, o religioso retruca: "Temos ideias diferentes a respeito da civilização".

No *Fausto*, Goethe simula o diálogo entre Mefistófeles e o Bobo para apresentar a magia da criação do dinheiro.

O CHANCELER (lê): Que saiba todo aquele que o desejar: Esta tira de papel tem o valor de mil coroas. Fica-lhe assegurada, como lastro certo, a infinidade de bens enterrados no império. Tomou-se providência para que o rico tesouro, tão logo extraído, sirva como resgate.

O BOBO (pergunta, enquanto contempla um "papelucho"): Veja só, isto aqui vale dinheiro?

MEFISTÓFELES: Com isso consegues o que goela e pança desejarem.

O BOBO: E posso comprar terras, casa e gado?

MEFISTÓFELES: É claro! Faze uma oferta e não falharás.

O BOBO: E castelo, com mata e reserva de caça e riacho piscoso?

MEFISTÓFELES (zombeteiro): Acredita! Quero ver-te ainda como senhor bem situado!

O BOBO: Hoje à noite esbaldo-me em propriedades!

MEFISTÓFELES (para si mesmo, em aprovação): E quem duvida ainda da esperteza do nosso Bobo?

Os defensores da estabilidade financeira pensam que o corpo social e a matemática pertencem à mesma esfera

O Bobo – como de costume, o único que tem algum juízo.

A segunda parte de *Fausto* traz a afirmação explícita de que a riqueza tem sua fonte não apenas no trabalho, cuja importância não pode, claro, ser negada, mas também na magia – uma magia que cria valores excedentes inexplicáveis pelo esforço humano. O ponto de partida do processo alquímico em *Fausto* é o plano de criar papel-moeda, que Mefistófeles submete ao Imperador (em nome de Fausto) para libertá-lo de suas dificuldades financeiras. É um projeto para emitir notas de dinheiro que serão lastreadas pelos recursos em ouro enterrados, legalizadas pela assinatura do Imperador. O plano dá certo: todos se dispõem a aceitar notas como dinheiro, e o Imperador livra-se de suas dívidas. A criação do dinheiro é explicitamente chamada de "química", outra expressão para "alquimia". A alquimia do dinheiro é o enigma mais enigmático da chamada Teoria Econômica, outrora chamada Economia Política. Em torno desse mefistofélico quebra-cabeça, os economistas batem as testas nos muros da incompreensão.

Diz bem o filósofo Franco Bifo Berardi: os enunciados dos praticantes da sabedoria econômica são, na realidade, enunciados performativos, comunicações sociais submetidas às formas tecnolinguísticas da economia. "A ciência e a epistemologia contemporâneas estão em conflito com a metodologia reducionista da economia. A fé no 'equilíbrio financeiro' imposta às populações tem como base um mal-entendido filosófico: os defensores da estabilidade financeira pensam que o corpo social e a matemática pertencem à mesma esfera. Eles estão errados, uma vez que a realidade não é matemática e que a matemática não é a lei da realidade, mas apenas uma linguagem cuja consistência não se relaciona de maneira alguma com a consistência multifacetada da vida."

Vale recordar as observações de Einstein a respeito da tentativa de Schroedinger de formular um modelo que teria superado a Teoria da Relatividade: "A última tentativa do professor Schroedinger deve ser julgada apenas por suas qualidades matemáticas, mas não do ponto de vista da 'verdade' e congruência com os fatos da experiência". •

Avant la lettre. Zola decifrou o "gênio" do mercado

ACERVO DO MUSEU DE ARTE DE LOS ANGELES

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

O declínio do Ocidente

▶ Este não será um século de domínio inconteste da porção a Oeste do planeta. O cenário que se configura é de um mundo multipolar, fragmentado, sem governança e regras aceitas globalmente

Proponho, querido e paciente leitor, que conversemos hoje sobre um tema vasto e complexo que adquiriu urgência nos anos recentes, em especial em 2022. Refiro-me, como indica o título deste artigo, ao declínio do Ocidente. Trata-se de uma questão intrincada, que mobiliza afetos, preconceitos, interesses. E por isso mesmo se mostra fascinante. O leitor, como eu, certamente gosta de desafios e não quer se restringir a assuntos batidos, onde reina certo consenso. Vamos em frente então.

Primeira pergunta: é fato ou mito essa decadência ocidental? Note-se que ela já foi proclamada muitas vezes. O assunto não deixa de ser batido, portanto. A própria expressão "declínio do Ocidente" foi tema e título de um livro de Oswald Spengler, publicado há pouco mais de cem anos, em 1918. O século XX não confirmou a previsão de Spengler. A resiliência ocidental foi maior do que imaginavam detratores e adversários. As formas de dominação modificaram-se, mas o século terminou sem que o domínio fosse de fato superado. O eixo do poder passou de um lado para o outro do Atlântico Norte, mas se manteve em mãos ocidentais. Até aumentou na reta final do século, com a surpreendente desintegração do bloco soviético e até mesmo da própria União Soviética.

Agora parece claro, entretanto, que o século XXI não será mais um século de domínio inconteste do Ocidente. Ao contrário, os sinais de declínio estão por toda a parte. Em termos demográficos, econômicos, culturais, políticos.

Cuidado, entretanto. De modo geral, o declínio ocidental é relativo, não absoluto. Em algumas áreas, o declínio pode, sim, ser absoluto, por exemplo na cultural, onde o retrocesso parece acentuado. Mas o que ocorre de maneira geral é a perda de peso relativo *vis-à-vis* àquele do resto do mundo, em especial da Ásia emergente, a China à frente. O declínio é mais acentuado para a Europa, mas se sente também nos Estados Unidos.

A perda relativa não deixa de ser sentida como real, dolorosamente real. O ser humano é tão deficiente, constituído de tão pobre e imperfeita maneira que chega a ver na ascensão do outro uma ameaça, um prejuízo para si. A mera ascensão pacífica já desencadeia os piores sentimentos e receios.

No caso dos europeus e norte-americanos, esse lamentável traço humano se vê agravado pelo hábito arraigado de dois séculos de predomínio global. Os brancos dos dois lados do Atlântico Norte não se acostumam, simplesmente não se acostumam a ver povos antes dominados – asiáticos, latino-americanos, africanos – querendo emergir, ser ouvidos e participar das decisões internacionais. Ainda que essas pretensões dos emergentes sejam modestas, cautelosas, até tímidas às vezes. Habituados a ditar, ensinar, pregar, os brancos não conseguem dialogar e negociar com o que para eles é uma massa ignara e até repugnante.

Mas a emergência dos outros povos vem de qualquer maneira, quer se queira quer não. Vai acontecendo em termos populacionais, econômicos e políticos. Aos ocidentais resta conformar-se ou espernear. Até agora preferiram espernear. Mais do que espernear, infelizmente. Reagem com violência e provocações à inevitável formação de um mundo multipolar. Em última análise, são essas reações que explicam a guerra na Ucrânia e as tensões crescentes com a China. A mais recente provocação foi a visita de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos EUA, a Taiwan.

O cenário que se configura desde o início deste século é de um mundo multipolar, fragmentado, sem governança e regras aceitas globalmente. Essa multipolarização do mundo é interessante para os países em desenvolvimento, pois abre oportunidades e pode facilitar a consolidação da sua autonomia nacional. Por outro lado, a fragmentação do mundo multipolar também é muito perigosa, como estamos vendo. Com esses perigos seremos todos obrigados a lidar, sem nostalgias inúteis por situações de concentração de poder que não mais voltarão.

E o Brasil nisso tudo? Bem, superadas as nossas desventuras recentes, temos muito a fazer, por nós e por outros países. Ao nosso imenso Brasil cabe, acredito, um papel especial: trazer ao mundo uma palavra de solidariedade, cooperação, paz e amor.

Mas isso é assunto para outras e mais ousadas divagações especulativas. •

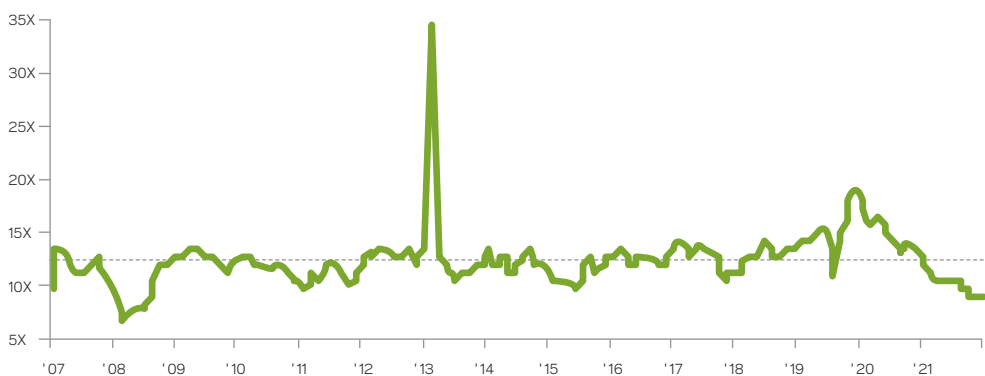
paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

A xepa continua

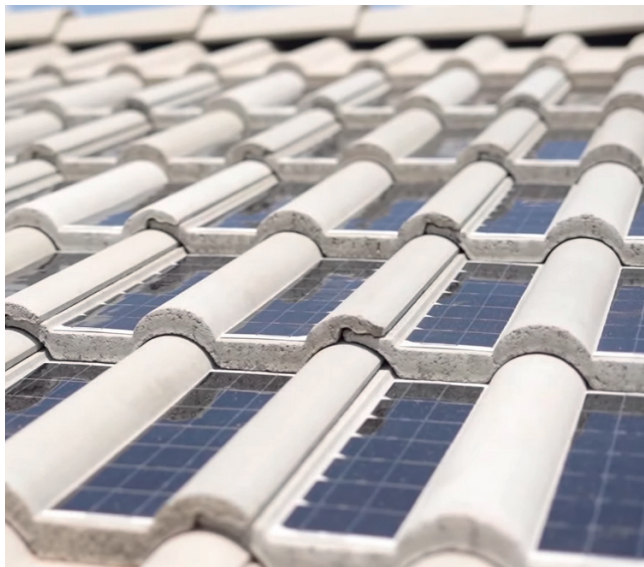
▶ Relação entre preço e lucro da Bolsa brasileira atinge o menor nível em 15 anos

No acumulado do ano, a B3 continua como uma das melhores Bolsas do mundo, alta de 5,5% em dólares, enquanto Londres e Nova York registram queda de 9,6%, Hong Kong 14,4%, Tóquio 16,6% e o índice mundial MSCI AC 15,5% (sem falar da Nasdaq, com queda de 20,8%, e o índice Euro Stoxx de 22,7%). Entretanto, avaliada pela ótica de um dos indicadores mais tradicionais do mercado, a relação preço/lucro (P/L), a Bolsa está no menor nível dos últimos 15 anos. O P/L indica quanto o investidor está disposto a pagar pelos lucros de uma empresa. Um P/L de 15 indica que o preço da ação representa 15 vezes os lucros acumulados e/ou projetados em 12 meses. Se o P/L de uma ação é 10 e outro papel do mesmo setor é negociado a 20, entende-se que a primeira empresa está com um preço mais vantajoso para o investidor do que a outra opção. A XP Investimentos, em relatório recente, calculou o P/L projetado do Ibovespa em 6, ou 45% abaixo da média de 11 dos últimos 15 anos. Mesmo quando se excluem os papéis de *commodities*, ou apenas Petrobras e Vale, o P/L vai para 9,8 e 9, respectivamente – ambos abaixo de suas médias históricas, diz a XP, destacando que todos os setores da B3 têm sido negociados abaixo ou próximos de suas médias.

P/L DO IBOVESPA EXCLUINDO VALE E PETROBRAS
Lucros projetados para os próximos 12 meses

Fonte: Bloomberg; XP Research

“INFLAÇÃO É SEMPRE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO. NÃO É UM FENÔMENO DE MERCADO. ELA SURGE POR ALGUNS AJUSTES DE POLÍTICA PÚBLICA NO ÂMBITO DO GOVERNO”

PERSIO ARIDA, economista

ETERNIT, WALTER CRAVEIRO/FLIP E ISTOCKPHOTO

TELHAS SOLARES *MADE IN BRAZIL*

Depois de encerrar sua produção de amianto em 2018, a Eternit acaba de anunciar ter obtido registro de patente verde do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) para o processo de fabricação de seu módulo de captação de energia solar, utilizado nas telhas fotovoltaicas da empresa. Com a tecnologia desenvolvida integralmente no Brasil patenteada, o grupo vai buscar estender a patente para cerca de 20 países. A ideia é garantir a propriedade intelectual e, potencialmente, licenciar a tecnologia para outros fabricantes e mercados, ampliando suas frentes de negócio.

Investimentos

Ações e fundos de ações e multimercados foram os investimentos mais atingidos pela volatilidade no primeiro semestre, aponta relatório de distribuição de investimentos no Brasil divulgado nesta semana pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. No cenário de escalada dos juros, a renda variável caiu de 19,5% para 16,7% do total dos investimentos, que chegou a 4,6 trilhões em junho, aumento de 2,8% na comparação com dezembro do ano passado. Na contramão, a renda fixa abocanhou 61,3% do total, ante 57,5% em dezembro de 2021.

Brechó

Produtos usados são a proposta da Walmart aos consumidores afetados pela inflação dos alimentos e combustíveis, que os obriga a gastar mais em bens de consumo básico e menos em outros tipos de produtos. Artigos usados da Apple, Samsung e Kitchen Aid (Whirlpool) são inspecionados, testados e limpos, e podem ser devolvidos sem ônus em até 90 dias. Culpando a inflação dos alimentos em comunicado distribuído, a varejista cortou sua projeção de lucro para este ano em 8% a 9% e 11% a 13% em 2023 e estimou crescimento das vendas em 4,5% a 7,5%, respectivamente.

Em casa

Nada menos do que 75% dos empregos criados nos últimos 12 meses (2 milhões de postos) destinou-se a trabalhadores com o ensino médio completo e mais de 1,5 milhão deles foram ocupados por jovens de 18 a 24 anos. Em contrapartida, foram deletadas 76,4 mil vagas de maiores de 50 anos, apurou o CEO Virgílio Marques, da FM2S Educação e Consultoria, *startup* da Unicamp. O resultado é a queda de 4,4% do salário médio real dos admitidos, como estratégia de diminuição do custo-hora, que terá impactos agudos no bem-estar da população mais velha, se não forem adotadas ações para readequar as habilidades desses profissionais.

NÚMEROS

150 MIL

laptops é a capacidade do novo supercomputador da Petrobras para descobrir petróleo no fundo do oceano

100.292

carros com motor elétrico ou híbridos (motor elétrico e convencional) estão rodando no País, contabiliza a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE)

24,8 kg

cada brasileiro vair comer de carne neste ano, 20% menos do que antes da pandemia de Covid-19, e o menor volume desde o início da série histórica, em 1996, aponta o Ministério da Agricultura

Gasolinera Ipiranga

ARGENTINA Manietado pela crise econômica persistente, Alberto Fernández faz de Sergio Massa um "superministro"

POR GILBERTO MARINGONI*

A saída é arriscada: em meio a uma dramática crise de financiamento do Estado, a Argentina muda, de forma ruidosa, não apenas a sua orientação econômica, mas também toda a lógica do governo peronista de Alberto Fernández, eleito em fins de 2019. Diante da corrosiva disputa entre o presidente e sua vice, Cristina Fernández de Kirchner, um novo ator entra em cena. Trata-se do experiente presidente da Câmara dos Deputados, Sergio Massa, alçado à condição de superministro da Economia. Sob seu comando estarão as pastas de Desenvolvimento Produtivo, Agricultura, Pecuária e Pesca, e Relações com os Órgãos Internacionais, Bilaterais e Multilaterais de Crédito.

Massa, ex-cartola de futebol, ex-prefeito do município de Tigre, nos arredores de Buenos Aires, e ex-secretário de Cristina Kirchner, transitou do centro-direita para o centro-esquerda e de aliado a desafeto da ex-presidente. Agora ele se torna uma espécie de primeiro-ministro e enfeixa na prática mais poderes que o chefe do Executivo. Se focarmos apenas na Economia, trata-se do terceiro titular da pasta em menos de um mês. Recordemos.

Em 2 de julho, o então ministro Martin Guzmán, negociador de um acordo para o pagamento de um financiamento de 45 bilhões de dólares com o Fundo Monetário Internacional, renunciou após pesados ataques da ala esquerda da coalizão Frente para Todos. A principal acusadora era ninguém menos que a vice-presidente da República. Kirchner denunciou publicamente a negociação como recessiva e impeditiva para a realização de investimentos públicos destinados a tirar o país da crise.

A queda de Guzmán, indicado por Fernández, representou um acirramento na disputa pelo comando da administração. Embora o peronismo tenha obtido uma apertada vitória nas eleições parlamentares de novembro de 2021, o governo enfrenta forte queda de popularidade. Uma pesquisa divulgada no início de junho pela Universidade de San Andrés mostrou o tamanho do problema: 75% da população desaprova a atual gestão. E uma projeção para a disputa presidencial do segundo semestre de 2023 mostra o peronismo em terceiro lugar, num quadro em que a dianteira é ocupada pela coalizão direitista Juntos por el Cambio, do ex-presidente Mauricio Macri.

Entre as principais causas do descontentamento popular estão uma inflação anual de 64%, aferida pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), e uma desvalorização cambial de mais de 30% entre janeiro e junho. Mantidas as condições atuais, a alta dos preços pode bater os 90% até o fim do ano, com mais 30% de queda do valor do peso, numa economia informalmente dolarizada. Começa a haver escassez de produtos importados nos supermercados.

Massa. O Posto Ipiranga argentino

Ainda no início de julho, foi nomeada a economista heterodoxa Silvina Batakis, que permaneceu apenas 24 dias como titular da Economia. Agentes do mercado e da mídia a atacaram pesadamente, logo de saída. Sua demissão ocorreu ao voltar de Washington, onde fora se reunir com a direção do FMI, para tentar a um só tempo reafirmar as bases do acordo e flexibilizar algumas cláusulas mais duras. Com pouca densidade política para além do apoio da vice-presidente, Batakis será deslocada para a presidência do Banco de la Nación, estatal, que também fica sob o comando de Massa.

O novo "superministro" tem reafirmado um pragmatismo exibido em uma declaração feita em março: "O acordo com o

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 46
The Observer. Viktor Orbán ataca a "mistura de raças" na Europa

Cristina Kirchner e Alberto Fernández não se entendem

NATACHA PISARENKO/AFP E LUIS ROBAYO/AFP

FMI é a base para tudo o que planejamos construir". Apesar de não ser um clássico representante dos mercados, o novo titular mantém vínculos com boa parte do empresariado argentino. A reviravolta obedece a uma regra não escrita da administração pública: governo não toma decisões técnicas, todas as suas ações são, por definição, políticas. Em face de uma crise estrutural de financiamento que atinge um país sem moeda conversível, com a maior parte de sua dívida pública emitida em dólar, sem pleno acesso ao mercado internacional de crédito e cujas reservas cambiais caíram de cerca de 43 bilhões de dólares, no fim de março, para pouco menos de 36 bilhões, na primeira semana de agosto, o governo decidiu apostar alto.

A mudança de comando busca, em primeiro lugar, estabelecer uma trégua entre as visões de Fernández e Kirchner para a Economia. O país depende quase apenas das exportações para internalizar dólares. Sem jamais ter conseguido uma recuperação econômica consistente após a crise de 2008 e a queda dos preços das *commodities*, entre 2013 e 2016, e abalada por forte oscilação do PIB durante a pandemia, a gestão econômica tem como principal foco a tentativa de atrair dólares para impedir uma crise no balanço de pagamentos e estancar a onda altista de preços. A emissão monetária, saída possível para países endividados em moeda nacional, como o Brasil, torna-se inócua no vizinho. Apesar dos índices relativamente baixos de desemprego (7% de acordo com o Idec), a informalidade e os baixos salários corroem o poder de compra da população.

> A nomeação reflete também a disputa intestina pelo poder no peronismo

Massa recompôs os ministérios com quadros eminentemente políticos. Deixa uma sucessora no comando da Câmara, a deputada Cecília Moreau, primeira mulher a exercer o cargo, que mantém trânsito entre as principais alas do amplo espectro político do peronismo. O "superministro" torna-se agora uma espécie de unanimidade forçada entre as principais lideranças peronistas, o que inclui o comando das centrais sindicais. Apesar das desconfianças iniciais, há uma espécie de pacificação tácita entre os setores da sociedade próximos ao governo. Se conseguir mitigar os efeitos da crise sobre as parcelas mais vulneráveis da população e aumentar a confiança de investidores, o ex-presidente da Câmara acabará por disputar não apenas a proeminência do peronismo com Kirchner, mas poderá se tornar a principal alternativa do centro-esquerda para a disputa do ano que vem. •

Professor de Relações Internacionais da UFABC e coordenador do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb).

Eugenia húngara

The Observer Viktor Orbán critica a "mistura de raças" e os países europeus que admitem a presença de "mestiços"

POR FLORA GARAMVOLGYI E SHAUN WALKER, DE BUDAPESTE

Uma antiga assessora do primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, que renunciou no fim de julho, alertou-o de que sua retórica de extrema-direita pode ter consequências trágicas. O líder húngaro provocou uma reação no país e no exterior com um discurso recente, no qual se manifestou contra a "mistura de raças". Logo depois, a socióloga Zsuzsa Hegedüs, que conhece Orbán há 20 anos, apresentou sua renúncia e criticou o primeiro-ministro pelo que chamou de discurso "puramente nazista". "Sou judia. E o trabalho da nossa geração é impedir qualquer coisa parecida, porque vimos o que aconteceu. Não apenas com os judeus. Em Ruanda também. O ódio étnico leva ao genocídio", disse Hegedüs em entrevista a *The Observer*.

O discurso de Orbán aconteceu em um encontro anual na Romênia, que o líder húngaro costuma usar para fazer anúncios importantes. Durante o pronunciamento, disse que a mistura entre europeus é aceitável, mas os europeus a se misturar com não europeus criaram "mestiços". "Estamos dispostos a nos misturar, mas não queremos nos tornar mestiços", afirmou. Ele acrescentou que os países da Europa Ocidental onde isso foi considerado aceitável "não são mais nações".

Orbán, que em abril conquistou o quarto mandato consecutivo de primeiro-ministro, usa frequentemente a retórica da extrema-direita, especialmente desde 2015, quando emergiu como o mais feroz oponente na Europa ao acolhimento de refugiados e migrantes. Seus repetidos ataques ao empresário e filantropo judeu nascido na Hungria George Soros também foram amplamente criticados como antissemitas. Orbán vive de controvérsias. Sua postura anti-imigração e suas políticas retrógradas sobre os direitos LGBT+ o tornaram um favorito da direita internacional. Nos próximos dias, ele deve viajar para Dallas, no Texas, e fazer o discurso de abertura na Conferência de Ação Política Conservadora, influente assembleia da direita norte-americana.

Em maio, Orbán falou numa sessão especial da CPAC na Hungria, quando seu discurso mencionou a "grande substituição", teoria da conspiração popular na extrema-direita, segundo a qual há um movimento liberal para mudar a composição étnica dos Estados Unidos e dos países europeus por meio da imigração.

> O discurso de ódio, mais um entre tantos, faz do primeiro-ministro um ícone da extrema-direita mundial

Embora as declarações de Orbán tenham frequentemente provocado críticas de liberais, a reação às suas palavras sobre a mistura de raças foi mais forte que de hábito. A Academia Húngara de Ciências condenou os comentários, chamando-os de "cientificamente insustentáveis" e "uma ideologia perigosa", enquanto o rabino-chefe da Hungria, Róbert Frölich, também criticou o discurso. Vários políticos internacionais se declararam enojados com o posicionamento de Orbán. "O racismo é uma invenção política venenosa. Não deveria haver lugar para ele na Europa, onde nossa força vem da diversidade", disse o vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans.

A enviada dos Estados Unidos para combate ao antissemitismo, Deborah Lipstadt, criticou o "uso de uma retórica que claramente evoca a ideologia racial nazista". Dani Dayan, presidente do Yad Vashem, o centro memorial do holocausto em Jerusalém, também traçou paralelos com o passado nazista. "A declaração feita pelo primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, lembra muito as ideologias associadas às horríveis atrocidades do Holocausto. O holocausto nos ensina que devemos confrontar tais expressões rápida e diretamente."

Em um sinal de que a reação pode ter surpreendido Orbán, ele deu o passo incomum de retroceder um pouco, ao insistir que não falava sobre a mistura de raças, mas de culturas. "Não quero que a Hungria se torne um país de imigrantes. Não é uma questão de raça para nós. É uma questão de diferenças culturais", afirmou durante uma visita a Viena na quinta-feira 28. "Às vezes, posso ser ambíguo. Falamos de uma posição civilizacional. Es-

Desta vez, o repúdio global a Orbán foi mais assertivo

GABRIEL BOUYS/AFP

tamos orgulhosos daquilo que a Hungria conseguiu na luta contra o racismo."

Enquanto Orbán se dirige à CPAC, é improvável que muitos da direita norte-americana tenham ficado incomodados por seu discurso. "A extrema-direita representa uma parte cada vez mais presente da comunidade republicana nos Estados Unidos. O partido mudou radicalmente. Ideias como a teoria da grande substituição tornaram-se a corrente dominante", avalia Rick Wilson, ex-estrategista republicano e cofundador do Lincoln Project, comitê de ação política contra Donald Trump.

Orbán tinha relações calorosas com Trump, e elogios à "democracia iliberal" da Hungria apareceram com frequência no programa *Tonight*, de Tucker Carlson, na Fox News. Carlson passou uma semana na Hungria, no ano passado, e pintou o país como um paraíso conservador. "Orbán é visto como anti-Europa, anti-imigração, antielite e anti-*woke*, o que atrai republicanos e conservadores", disse Tim Miller, ex-diretor político do Republican Voters Against Trump (Eleitores Republicanos Contra Trump).

Matt Schlapp, presidente do CPAC, foi questionado se Orbán ainda era convidado para abrir o encontro. "Vamos ouvir o homem falar. Vamos ver o que ele diz. E se as pessoas discordarem de algo que ele diz, devem falar", redarguiu.

Na Hungria, os apoiadores de Orbán na mídia pró-governo têm trabalhado arduamente para pintar as críticas ao discurso como partidárias e irrelevantes. Um artigo recente no jornal *Magyar Nemzet* acusou Hegedüs de "mentira deliberada, desonestidade e traição". Outros meios de comunicação usaram linguagem ofensiva contra ela ou minimizaram sua importância.

Hegedüs disse ignorar as críticas e alegou ter recebido muitas mensagens privadas de apoio de filiados do partido Fidesz, de Orbán, que estão desconfortáveis com o discurso. "Isso é reconfortante." A ex-assessora disse que "aceitou" o esclarecimento de Orbán de que se referia à mistura de culturas, não de raças, e acredita que o assunto está encerrado. Ela não pretende, no entanto, retirar sua renúncia e disse que com uma possível desaceleração econômica à vista a retórica incendiária foi particularmente irresponsável. "Em tempos em que os cidadãos estão desesperados... é muito mais fácil mobilizar os ódios." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Sem retorno

The Observer Ao contrário de vários colegas, o geofísico Bill McGuire acha impossível evitar o colapso climático

POR ROBIN MCKIE

A publicação do último livro de Bill McGuire, *Hothouse Earth* (*Estufa Terra*), não poderia ser mais oportuna. Ele será folheado por clientes sufocados que acabam de suportar altas recordes de temperatura em todo o Reino Unido e agora enfrentam a perspectiva de semanas de seca para aumentar o desconforto.

E isso é só o começo, insiste Bill McGuire, professor emérito de riscos geofísicos e climáticos na University College London. Como ele deixa claro em sua descrição crua da catástrofe climática que se aproxima, ignoramos – há muito tempo – os claros avisos de que o aumento das emissões de carbono tem aquecido perigosamente a Terra. Agora

PATRICIA MELLO MOREIRA/AFP E DAN KITWOOD/GETTY IMAGES/AFP

vamos pagar o preço de nossa complacência na forma de tempestades, inundações, secas e ondas de calor que vão superar facilmente os extremos atuais.

O ponto crucial, argumenta McGuire, é que, agora, não é mais possível evitarmos um colapso climático perigoso e abrangente. Passamos do ponto sem retorno, e podemos esperar um futuro em que ondas de calor letais e temperaturas acima de 50°C serão comuns nos trópicos, onde os verões em latitudes temperadas serão invariavelmente quentes e onde os nossos oceanos estão destinados a se tornar quentes e ácidos. “Uma criança nascida em 2020 enfrentará um mundo muito mais hostil do que seus avós”, insiste McGuire.

A esse respeito, o vulcanólogo, que também foi integrante do Natural Hazard Working Group (Força-Tarefa de Desastres Naturais) do governo do Reino Unido, adota uma posição radical. A maioria dos outros especialistas climáticos ainda afirma que temos tempo, embora não muito, para alcançar reduções significativas nas emissões de gases de efeito estufa. Um rápido impulso para o zero líquido e a interrupção do aquecimento global ainda estão ao nosso alcance, dizem eles.

> Um mundo mais quente e castigado por eventos extremos nos espera. Resta impedir a hecatombe da civilização

Europa 40 graus. Os londrinos recorrem às fontes da capital inglesa e os portugueses estão há um mês a combater as chamas no interior do país

Tais afirmações são rejeitadas por McGuire. “Conheço muitas pessoas que trabalham na ciência climática que dizem uma coisa em público, mas outra muito diferente em particular. Com certeza, todos estão muito mais assustados com o futuro que enfrentaremos, mas não admitem isso em público. Chamo isso de apaziguamento climático e acredito que só pio-

ra as coisas. O mundo precisa saber como as coisas ficarão feias, para que possamos começar a enfrentar a crise."

McGuire terminou de escrever *Hothouse Earth* no fim de 2021. Ele inclui muitas das temperaturas recordes que tinham acabado de afligir o planeta, incluídos os extremos que atingiram o Reino Unido. Poucos meses depois de terminar seu texto, e à medida que a data da publicação se aproximava, ele descobriu que muitos desses recordes já tinham sido superados. "Esse é o problema de escrever um livro sobre o colapso climático", diz McGuire. "Quando é publicado, está desatualizado. É assim que as coisas caminham, muito rapidamente."

Entre os recordes batidos durante a edição do livro estava o anúncio de que uma temperatura de 40,3°C foi atingida no leste da Inglaterra em 19 de julho, a mais alta registrada no Reino Unido. (A temperatura mais quente anterior no país, 38,7°C, foi em Cambridge, em 2019.) Além disso, o corpo de bombeiros de Londres teve de combater incêndios em toda a capital, com um deles a destruir 16 casas em Wennington, na Zona Leste de Londres. As equipes de lá tiveram de lutar para salvar a própria estação de bombeiros local. "Quem teria pensado que um vilarejo na periferia de Londres seria quase destruído por incêndios florestais em 2022?", questiona McGuire. "Se este país precisa de um alerta, certamente é este."

Incêndios florestais de intensidade e ferocidade sem precedentes também varreram a Europa, a América do Norte e a Austrália neste ano, enquanto chuvas recordes no Centro-Oeste causaram inundações devastadoras no Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. "E, à medida que avançamos em 2022, já é um mundo diferente lá fora", acrescenta o cientista. "Em breve será irreconhecível para todos nós."

Essas mudanças salientam um dos aspectos mais surpreendentes do colapso climático: a velocidade com que os aumentos da temperatura média global se traduzem em clima extremo. "Basta olhar para o que tem acontecido com um mundo que aqueceu pouco mais de 1 grau", diz McGuire. "Acontece que o clima está mudando para pior muito mais rápido do que foi previsto pelos primeiros modelos climáticos. Isto é algo que ninguém esperava."

Desde o início da Revolução Industrial, quando a humanidade começou a bombear dióxido de carbono para a atmosfera, as temperaturas globais aumentaram pouco mais de 1 grau Celsius. Na reunião climática Cop26, em Glasgow, no ano passado, foi acordado que todos os esforços

Normalmente instável. Os oceanos e mares ficam mais quentes e ácidos, enquanto serão mais comuns inundações como no Kentucky

ISTOCKPHOTO E LEANDRO LOZADA/AFP

Quais as causas da inércia diante das evidências? Uma conspiração de ignorância, má governança e mentiras, diz o pesquisador

deveriam ser feitos para tentar limitar esse aumento a 1,5°C, embora para atingir essa meta tenham calculado que as emissões globais de carbono teriam de ser reduzidas em 45% até 2030. "No mundo real, isso não vai acontecer", diz McGuire. "Em vez disso, estamos a caminho de um aumento de quase 14% nas emissões até essa data – o que quase, certamente, nos fará quebrar a barreira de 1,5°C em menos de uma década."

E não devemos ter dúvidas sobre as consequências. Qualquer coisa acima de 1,5°C verá um mundo atormentado por intenso calor no verão, seca extrema, inundações devastadoras, colheitas menores, camadas de gelo derretendo rapidamente e aumento do nível do mar. Um aumento de 2°C ou mais ameaçará seriamente a estabilidade da sociedade global, argumenta McGuire. Deve-se notar também que, de acordo com as estimativas mais esperançosas das promessas de redução de emissões feitas na Cop26, o mundo está a caminho de se aquecer entre 2,4°C e 3°C.

Dessa perspectiva, está claro que pouco podemos fazer para evitar o colapso climático que se aproxima. Em vez disso, precisamos nos adaptar ao mundo da estufa que está por vir e começar a agir para tentar impedir que uma situação sombria se deteriore ainda mais, diz McGuire.

Certamente, tal como está, a Grã-Bretanha – embora relativamente bem posicionada para combater os piores efeitos do colapso climático que se aproxima – enfrentará grandes dores de cabeça. As ondas de calor se tornarão mais frequentes, mais quentes e mais duradouras. Um grande número de casas modernas, minúsculas e mal isoladas no Reino Unido se tornarão armadilhas de calor, responsáveis por milhares de mortes todos os verões até 2050. "Apesar dos repetidos avisos, centenas de milhares dessas casas inadequadas continuam sendo construídas todos os anos", acrescenta o autor.

Quanto ao motivo da resposta tragicamente tardia do mundo, McGuire culpa uma "conspiração de ignorância, inércia, má governança, ofuscação e mentiras dos negacionistas da mudança climática, que nos fizeram caminhar como sonâmbulos até menos de meio grau do perigoso limite de 1,5°C. Em breve, salvo algum tipo de milagre, vamos ultrapassá-lo".

O futuro é sinistro por essa perspectiva, embora McGuire enfatize que, se as emissões de carbono puderem ser cortadas substancialmente no futuro próximo, e se começarmos a nos adaptar a um mundo muito mais quente hoje, poderemos evitar um futuro verdadeiramente calamitoso e insustentável. Os próximos dias serão mais sombrios, mas não desastrosos. Talvez não consigamos evitar o colapso climático, mas poderemos afastar etapas futuras que pareceriam um cataclismo climático suficiente para ameaçar a sobrevivência da civilização humana. "Este é um chamado à luta", diz ele. "Então, se você sentir a necessidade de se colar a uma rodovia ou bloquear uma refinaria de petróleo, faça isso. Dirija um carro elétrico ou, melhor ainda, use o transporte público, caminhe ou ande de bicicleta. Mude para uma tarifa de energia verde, coma menos carne. Pare de voar, faça pressão junto aos seus representantes eleitos em nível local e nacional e use seu voto com inteligência para colocar no poder um governo que realmente atue sobre a emergência climática." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Em carne e osso

RESENHA *Os Diplomatas e Suas Histórias* entrelaça momentos tensos, cruciais e divertidos de 26 embaixadores

POR PAULO PAIVA NOGUEIRA*

Num momento em que a diplomacia mundial é desafiada a atuar para dissipar a turbulência e no Brasil os diplomatas foram jogados no ostracismo pelo governo atual, uma obra essencial lança luzes sobre o trabalho desses profissionais. O livro *Os Diplomatas e Suas Histórias*, organizado pela embaixadora aposentada Leda Lucia Camargo, traz relatos dela e de mais 25 embaixadores – cinco estrangeiros incluídos – sobre suas experiências em situações de paz, guerra ou em complicadas negociações internacionais.

É uma obra única, sem pretensões acadêmicas, com textos de diplomatas aposentados e da ativa, de relevante interesse para jovens profissionais da área, estudiosos de Relações Internacionais ou a quem tenha curiosidade intelectual sobre uma atividade pouco conhecida do cidadão comum. E é, por que não, uma reação à possível decadência do Itamaraty.

O livro mostra o verdadeiro sentido da existência da carreira diplomática e responde a duas questões básicas que parecem simples, mas são dignas de muita reflexão: "Para que serve diplomacia? O que faz o diplomata?" As explicações vêm pelos episódios reais vividos pelos convidados. Os diplomatas se abriram no livro, sem nenhum compromisso com o silêncio frio, enigmático e às vezes vazio que tanto incomoda quem não é afeito à área.

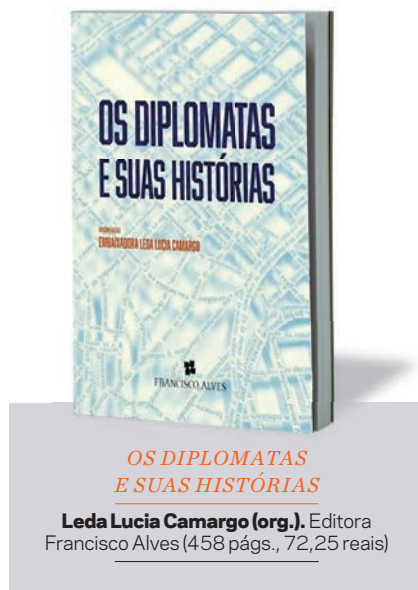
Entre os que dão seu testemunho estão alguns célebres, como Celso Amorim, Rubens Ricupero, Marcos Azambuja, Roberto Abdenur e Luiz Felipe Seixas Correia, e outros menos conhecidos, mas com experiência igualmente rica e densa nos quatro pontos do planeta. São 458 páginas, com histórias as mais variadas possíveis, numa abordagem que vai da nostalgia e curiosidades da carreira a revelações históricas inéditas, que ajudam a entender, por exemplo, a espionagem praticada pelas grandes potências contra países como o Brasil.

OS DIPLOMATAS E SUAS HISTÓRIAS

Leda Lucia Camargo (org.). Editora Francisco Alves (458 págs., 72,25 reais)

Experiente diplomata, com passagens por embaixadas como as de Washington e Pequim, Abdenur faz um relato minucioso sobre questões de segurança nas comunicações internas do Itamaraty. Curioso é que, em sua trajetória profissional, sempre partiu do princípio de que as comunicações com Brasília seriam inevitavelmente interceptadas pelos EUA ou outras potências. Pelos Estados Unidos, mais ainda, pois, como observa, lá há 16 tipos diferentes de serviços de espionagem, com a chamada Intelligency Community a envolver mais de 800 mil profissionais de diferentes especialidades. Foi o que se viu no governo Dilma Rousseff, com telefones do Palácio do Planalto grampeados pela NSA, o que a obrigou a cancelar uma visita aos EUA e fez o Itamaraty desencadear uma operação nos foros multilaterais em defesa da privacidade e do sigilo das comunicações.

Ricupero traz revelações importantes sobre um episódio pouco conhecido e explorado: a intenção de invasão, pelos EUA, do Suriname, em 1983, em plena ditadura no Brasil. Por um triz o País não entrou na trama de Ronald Reagan, o que abriria caminho para uma inédita intervenção dos EUA na América do Sul. O temor dos EUA e do Brasil era de que o sargento Bouterse, que dera um golpe de Estado, alinhasse a ex-colônia holandesa a Cuba. Ricupero detalha a enorme operação diplomática e militar feita pelo Brasil para convencer o Suriname que o apoio econômico e militar brasileiro seria melhor que o cubano. Deu tudo certo, mas houve momentos dramáticos, relembra o embaixador.

Azambuja, em memórias alentadas após décadas como diplomata, alfineta o atual governo no Brasil. Enquanto em

Memórias. Sem pretensão acadêmica, Leda Camargo ilumina os bastidores da diplomacia brasileira nas últimas décadas

ERNESTS DINKA/EMBAIXADA DA LETÔNIA E MRE

administrações anteriores havia apenas alguma reorientação de prioridades e de discurso, hoje o Brasil se afastou de maneira abrupta de posições consagradas na longa prática diplomática. Curiosa a confissão dele de que diplomatas e adidos brasileiros fizeram treinamento de tiro, nos anos 1970, na então conturbada Argentina.

Destaque para um episódio ocorrido há 50 anos, em nome do interesse nacional. O embaixador Márcio Dias revela uma intrincada operação de envio, por canais não oficiais, "heterodoxos" – contrabando mesmo, na linguagem comum – nos anos 70, da Austrália para o Rio Grande do Sul, de reprodutores merino, raça de carneiro famosa pela qualidade de sua lã.

É excepcional o relato da embaixadora Irene Vida Gala, uma das maiores especialistas brasileiras em história da África. Com larga experiência em postos no continente, ela conta vários episódios de sua atuação profissional, incluídos casos de racismo sofridos no Brasil por empresários, pilotos e outros profissionais africanos. Sem as nuances de linguagem comuns à diplomacia, ela é incisiva ao denunciar que o Brasil precisa superar essa mazela histórica. A embaixadora Leda Lucia Camargo também pormenoriza sua experiência na África e em outros países, assim como o embaixador Flávio Macieira, que atuou, entre outros postos, na embaixada do Brasil no Iraque à época da guerra daquele país contra o Irã.

A obra reúne histórias curtas de distinta natureza e temática, que transitam sem cerimônia e às vezes vertiginosamente pelo *mapa-múndi*, mudando cenários, fisionomias, mesas de negociação e momentos históricos. Textos em uma atmosfera bem-humorada, sobretudo nos relatos sobre acontecimentos e situações inesperadas, inclusive complexas negociações como a aproximação com a China, a quebra de patentes de remédios contra a Aids, divergências com os EUA... E há relatos francamente hilários, que passam ao largo de dramas e crises e tocam mundos paralelos, importantíssimos para a atividade diplomática, abrangendo a vida familiar, a manifestação artística, o esforço de adaptação a realidades sociais e culturais diferentes.

Os Diplomatas e Suas Histórias é um livro nascido da pandemia e também da necessidade, tanto perene quanto conjuntural, de defender a diplomacia como atividade voltada para a paz, o convívio humano, a defesa legítima da soberania, do meio ambiente e o desenvolvimento dos povos e nações. Conjunturalmente, encontra um momento internacional em que a atividade diplomática se afigura particularmente necessária para a recuperação da paz sistêmica e, localmente, como instrumento para tirar o País do triste posto de pária internacional ao qual foi alçado pelo atual governo. Ademais, a obra traz elementos para o leitor julgar se a existência da estrutura diplomática se justifica ou não. Leitura essencial. •

**O autor é jornalista.*

Vulto na janela

CINEMA Inspirado em um livro *best seller*, *Trem-Bala* dilui a cultura japonesa em troca da conquista de plateias globais

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

O Shinkansen, famoso trem japonês de alta velocidade, viaja tão rápido que é difícil identificar pessoas ou lugares pequenos na sua rota. Em *Trem-Bala*, *blockbuster* da semana ambientado num desses veículos, é o próprio Japão que desaparece na aceleração das imagens.

O filme chega embalado pelo sucesso do romance de Kotaro Isaka, lançado em 2010 no Japão. Traduzido mundo afora, o livro vendeu mais que guioza num domingo no bairro da Liberdade, em São Paulo. Quem embarcou na sucessão vertiginosa de pontos de vista da versão literária de *Trem-Bala* pode sentir que algo se perdeu na tradução. Além da comparação desfavorável ao cinema que acompanha a maioria das adaptações, o filme dilui a identidade *J-pop* do texto de Isaka num caldo com sabor uniforme para plateias globais.

No lugar dos tipos extraviados dos filmes de Yakuza, entram os galãs Brad Pitt e Aaron Taylor-Johnson à frente de um elenco pautado pela ideia de representatividade. O afro-americano Brian Tyree Henry assume o papel de Limão, o atrapalhado matador de aluguel que faz dupla com Tangerina (Taylor-Johnson). Joey King tem espaço como Prince, uma menina superpoderosa assassina. O *rapper* Bad Bunny é incumbido de espelhar o público hispânico. Enquanto os hollywoodianos Sandra Bullock e Michael Shannon aparecem poucos minutos para jogar para a plateia.

A mistura de ação e comédia, fórmula experimentada pelo diretor David Leitch em *Deadpool 2*, depende das habilidades desiguais desse elenco. Enquanto Brad Pitt mostra total desenvoltura no papel de matador abobalhado, seus colegas têm uma comicidade robótica e reduzem as boas piadas prontas do roteiro a falas decoradas.

A habilidade de Leitch para dirigir cenas de ação, fácil de reconhecer desde os momentos de alta intensidade de *Atômica* (2017), fica descalibrada toda vez que os personagens têm de soar engraçados em meio à pancadaria. Pois ambos os efeitos têm ritmos próprios, que são diferentes. A combinação de violência com toques de humor absurdo era uma característica do romance de Kotaro Isaka. Para alguns, isso seria sinal do parentesco entre o romance e os filmes de Quentin Tarantino. Garantia de que a versão cinematográfica seria tiro certo, portanto.

> À exceção de Brad Pitt, os demais atores recitam as piadas como robôs e quebram a dinâmica entre ação e humor

Visto desse ângulo, *Trem-Bala* é uma cópia genérica de um Tarantino, mas sem o sabor que o diretor serve quando seu liquidificador de referências funciona bem. A ambição não é apenas reproduzir um estilo. O filme é um dos principais produtos de 2022 da Sony, nome do grande estúdio Columbia depois que o conglomerado japonês abocanhou a empresa hollywoodiana no fim dos anos 1980.

Além de proprietária da franquia Homem-Aranha, cujo último título foi o maior sucesso de bilheteria do ano passado, a Sony assistiu de camarote ao desempenho do fenômeno *Demon Slayer: Mugen Train*. O *blockbuster* produzido pela Aniplex, um dos braços locais do conglomerado, bateu de longe o segundo lugar de 2020, um típico *blockbuster* global.

Enquanto *Star Wars: A Ascensão Skywalker,* produção da Disney lançada em dezembro de 2019, fez 7,3 bilhões de ienes no mercado japonês. *Demon Slayer: Mugen Train*, que chegou às salas em outubro de 2020, acumulou 36,5 bilhões de ienes. A expressiva diferença pode ser explicada, em parte, pelo lançamento no período de reabertura das salas, quando as máquinas

SONY/COLUMBIA PICTURES

Público cativo. Os japoneses valorizam a produção local e não se deixam seduzir tão facilmente por Hollywood

TOHO CINEMAS

de guerra hollywoodianas ainda não estavam prontas para renovar o ataque.

Mas esse contexto pontual oculta a peculiaridade do mercado japonês, onde as produções locais frequentemente superam o desempenho dos *blockbusters* globais ou correm no calcanhar deles. Em 2021, oito títulos japoneses ultrapassaram a bilheteria de *Velozes & Furiosos 9*, produção estrangeira com melhor desempenho lá. Muitos são *animes*, como os filmes das franquias *Evangelion e Detective Conan,* maiores sucessos locais no ano passado.

Isso demonstra a eficácia da sinergia entre os tentáculos da indústria local de entretenimento. Boa parte das produções líderes nas bilheterias é derivada do universo *anime*, que não se restringe à exibição na tevê. Os investimentos são, em geral, definidos por comissões de audiovisual que congregam distribuidoras, televisões e editoras de livros e mangás. Desse modo, os projetos para o cinema tendem a ser extensões de conteúdos ou versões multiplataforma de universos que têm um público fidelizado. Essa hegemonia local, contudo, ainda não se traduz em termos de conquistas transnacionais, como as obtidas pela Coreia do Sul. O concorrente asiático tem expandido seu *soft power* com filmes como *Parasita* (2019), a série *Round 6* (2021), os doramas e as bandas de K-pop. O Japão, por sua vez, tem tradição maior no nicho que valoriza a identidade cultural, o estilo inconfundível dos *animes* e dos mangás, por exemplo.

> Os produtos culturais do Japão têm um mercado interno forte, mas não alcançam o sucesso internacional da vizinha Coreia

***Trem-Bala* tenta** furar essa bolha, sobrepondo elementos locais e globais. O romance adota um sotaque de humor que as plateias ocidentais identificam. A versão cinematográfica tem tipos do mundo todo inseridos numa ambientação nipônica onde se misturam futurismo e tradição, máfia local e bandidagem internacional. A fórmula pode agradar a quem acha uma delícia comida japonesa de praça de alimentação. O público que prefere algo mais singular só vai encontrar referências fugazes passando velozmente pela janela. •

AS CORES DO JAPÃO

Três romances, três maneiras diferentes de se aprofundar na literatura do país

POR KELVIN FALCÃO KLEIN

De longe, a floresta parece uma indistinta massa verde. De perto, à medida que passeamos entre os troncos e observamos as folhas mais de perto, a infinita diferença vem à superfície. A metáfora aplica-se ao contexto literário: é sempre muito instrutivo ler, em sequência, livros variados de um mesmo país. Nota-se, a partir do conjunto, o quão artificial e frágil é toda divisão por nacionalidade.

Três livros recentemente lançados no Brasil mostram um Japão muito distante dos clichês tradicionais das gueixas, dos samurais e dos jardins de cerejeiras. O primeiro deles é bombástico e vertiginoso: *Trem-Bala*, de Kotaro Isaka, escritor de sucesso e ampla vendagem em seu país, até agora inédito por aqui.

A história se passa em uma viagem entre Tóquio e Morioka, com cinco personagens principais que se alternam no foco narrativo: o psicopata Satoshi, o pai desesperado Kimura, o assassino Nanao e a insólita dupla Tangerina e Limão. Os diálogos são rápidos, mordazes e, por vezes, enigmáticos. Revelam tramas sobrepostas que jogam com o absurdo, o *thriller* e o *noir*. A dinâmica do romance, pautada na ação e no suspense, mostra com clareza como o autor está sintonizado com o gosto contemporâneo, sobretudo das novas gerações – um fenômeno que transcende as fronteiras nacionais. Não por acaso, *Trem-Bala* foi adaptado para o cinema.

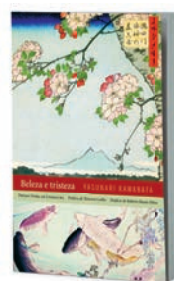
O contraste é nítido diante de *Beleza e Tristeza*, último romance escrito pelo Nobel de Literatura de 1968, Yasunari Kawabata, recém-lançado no Brasil pela Estação Liberdade. A primeira diferença com relação a *Trem-Bala* está no número de personagens. Kawabata retorna ao clássico padrão do casal e do relacionamento – e acrescenta à receita um intervalo de tempo de 20 anos, decisivo para a construção do enredo. O protagonista do romance é Oki Toshio, escritor, que vê em uma revista a fotografia de uma mulher com quem se relacionou no passado, Otoko Ueno, e decide reencontrá-la.

A trama faz pensar em filmes como *Breve Encontro* (1945), de David Lean, a trilogia de Richard Linklater (*Antes de Amanhecer*, *Antes do Anoitecer* e *Antes da Meia-Noite*), ou mesmo *Desejo e Reparação* (2007), de Joe Wright, baseado em romance de Ian McEwan). Kawabata oscila entre dois questionamentos igualmente profundos, que nunca são diretamente apresentados, mas regem toda a movimentação dos personagens: que elementos do passado são decisivos para a constituição do presente? Qual a lógica que rege a permanência de certos eventos na memória?

O ambiente geral evocado por essas perguntas está presente também em *O Marinheiro Que Perdeu as Graças do Mar*, de Yukio Mishima, outro lançamento da Estação Liberdade. O paralelismo de Kawabata – homem e mulher – é mantido por Mishima, mas agora no registro das estações, "inverno" e "verão", que dão os nomes às duas partes do romance.

Acompanhamos parte da vida do marinheiro Ryuji Tsukazaki, embarcado em um navio cargueiro que viaja em direção ao Brasil, ao Porto de Santos. Por mais que o mar seja sempre o mesmo, cada viagem é única, com suas exigências, perigos e surpresas. Ao aprofundar o paralelo entre inverno e verão, Mishima apresenta também – de forma sutil e poética – a ambivalência que regula a vida do marinheiro: entre terra firme e trabalho a bordo, entre deriva solitária e trabalho coletivo. Uma terceira polaridade é acrescentada, e na articulação desses planos reconhecemos a maestria de Mishima: o marinheiro se casa com a mãe do jovem Noboru, que, à frente de seu grupo de amigos (uma espécie de confraria secreta), levará o romance até seu surpreendente final.

Da intensidade de *Trem-Bala*, passando pela evocação das marcas do passado em *Beleza e Tristeza*, chegando ao experimento de erotismo e violência latentes de Mishima, reconhecemos, no percurso, os detalhes de uma floresta variada e inesgotável. Com frequência, as categorias que inventamos – "literatura brasileira", "literatura japonesa" – nos ajudam a organizar a caravana aleatória de estímulos que recebemos todos os dias. Em alguns momentos, contudo, pode ser enriquecedor procurar um caminho que nos afaste da generalização e nos leve às revelações do particular.

TREM-BALA. **Kotaro Isaka.** Tradução: André Czarnobai. Editora Intrínseca (464 págs., 69,90 reais)

BELEZA E TRISTEZA. **Yasunari Kawabata.** Tradução: Lídia Ivasa. Estação Liberdade (288 págs., 63 reais)

O MARINHEIRO QUE PERDEU AS GRAÇAS DO MAR. **Yukio Mishima.** Tradução: Jefferson José Teixeira. Estação Liberdade (176 págs., 54 reais)

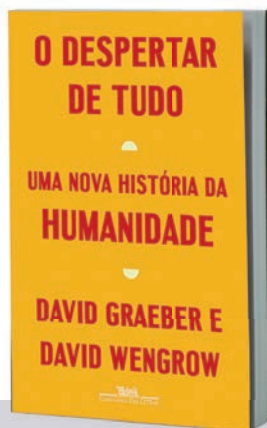
A redenção da pré-história

TheObserver Em *O Despertar de Tudo*, David Graeber e David Wengrow sugerem nova teoria sobre a evolução humana

POR ANDREW ANTHONY

Lançado no ano passado em língua inglesa e agora traduzido no Brasil, o livro *O Despertar de Tudo* anunciou que a maior parte do que pensamos saber sobre a história humana está errada. Seus autores, David Graeber e David Wengrow, apontaram a história consagrada, repetida por escritores como Jared Diamond, Yuval Noah Harari e Steven Pinker – a de que durante a maior parte da pré-história vivemos em pequenos grupos igualitários de caçadores-coletores, e foi apenas com a revolução agrícola, há cerca de 12 mil anos, que adotamos formas mais amplas de organização social, levando a comunidades complexas e hierárquicas. Tudo isso, eles argumentam, é baseado em informações ultrapassadas.

Em seus livros campeões de vendas – *Colapso*, *Sapiens* e *Os Anjos Bons da Nossa Natureza* –, aqueles autores se basearam fortemente em descobertas arqueológicas e antropológicas, embora nenhum deles seja arqueólogo ou antropólogo. Por outro lado, Graeber, que morreu há dois anos, foi considerado por muitos um dos principais antropólogos de sua geração. E o coautor Wengrow é um arqueólogo respeitado. Ambas as disciplinas têm sido alvo de desprezo acadêmico, descartadas como opções "fáceis", com um pé nas ciências e outro nas "humanidades". A dificuldade para obter evidências empíricas comuns a ambos os campos é a causa de muita interpretação imaginativa, dizem os críticos.

O Despertar de Tudo argumenta que, se há criação criativa de mitos, ela foi realizada com mais frequência por profissionais de outras áreas – economistas, psicólogos e historiadores –, que ignoraram a erudição moderna e usaram estudos antigos para elaborar uma imagem imprecisa do desenvolvimento humano. Segundo Graeber e Wengrow, essa imagem vem em duas formas diferentes, que equivalem à mesma coisa. Ou é desenhada por "neo-hobbesnianos", como Pinker, que argumentam que a civilização moderna, particularmente após o Iluminismo, é uma história de progresso para longe de nossas origens brutais e desagradáveis. Ou por "neo-rousseaunianos", como Diamond e Harari, que associam o progresso civilizatório à perda da liberdade. Mas ambos os campos, dizem os autores, endossam a ideia de determinismo histórico, segundo a qual os humanos passaram inexoravelmente de moradores de cavernas a motoristas de carros, de semeadores a cidadãos.

O DESPERTAR DE TUDO

De David Graeber e David Wengrow. Tradução: Cláudio Marcondes e Denise Bottman. Companhia das Letras (696 págs., 119,90 reais)

MINISTÉRIO DO TURISMO/GOVERNO DA LÍBIA

Diversidade. O período não teria sido uniforme, mas composto por uma miríade de arranjos sociais, inclusive com a formação de cidades grandes

Graeber e Wengrow rejeitam essa abordagem teleológica e, em vez disso, situam a ênfase por mudança na escolha humana. Assim, eles argumentam, nossa pré-história não foi uniforme, mas composta de uma miríade de arranjos sociais, alguns a envolver grandes cidades, alguns monárquicos, alguns igualitários, alguns com trabalho escravo. Durante muito tempo após a chegada da agricultura, eles afirmam, não houve um modelo fixo de organização comunitária, mas uma rica diversidade de sociedades, usando a agricultura, mas não a sucumbir às suas demandas sociais arregimentadas.

O livro procura fazer mais que reescrever o passado. Também quer usar esse passado para fornecer inspiração política para hoje. Se um verdadeiro senso de liberdade na forma como nos organizamos foi fundamental para a nossa pré-história, dizem eles, talvez a pré-história seja a chave para a nossa libertação no futuro. Ou como diz a campanha publicitária, empregando uma frase que Graeber gostava de usar: "É hora de mudar o rumo da história, começando pelo passado". O que não há dúvida é que o livro conquistou a imaginação do público, tornando-se um *best seller* internacional que já foi traduzido para 30 idiomas. Ele entrou na maioria das listas de livros do ano em 2021 e foi finalista do Prêmio Orwell de textos políticos. Apesar de toda a sua aclamação, *The Dawn of Everything* também atraiu algumas críticas pontuais, com várias sugestões de que os autores entenderam mal ou deturparam seu extenso material de pesquisa e, especificamente, fizeram afirmações que não eram sustentadas por evidências.

Alguma dessas críticas deu a Wengrow uma pausa para pensar?

"Certamente, estou aberto a críticas, quando elas tratam do que escrevemos", diz ironicamente. "Ainda não vi nada que me faça parar da maneira que você sugere."

Como o livro virou uma bola de neve, diz, ele não teve tempo, ou talvez a inclinação, para acompanhar todas as críticas e reações. Uma resenha que sabemos que ele leu, porque escreveu uma resposta, foi a de Kwame Anthony Appiah, na *New York Review of Books*. Intitulada *Digging for Utopia* (*Escavando pela Utopia*), ela acusa os autores de apresentar argumentos ideologicamente orientados em desacordo com os estudos que citam.

Appiah é um filósofo e teórico cultural, portanto, é a base política do livro o que mais lhe interessa. Os autores afirmam que o que eles chamam de "metanarrativa histórica padrão" sobre o progresso da civilização humana foi inventada em grande parte para excluir a "crítica indígena" dos povos nativos que se opunham à cultura e à prática do colonialismo. Appiah sugere que, para chegar a essa conclusão, eles tiveram de ignorar o principal fator do evolucionismo social.

"Graeber e Wengrow podem estar completamente errados em sua história intelectual, é claro, e completamente certos sobre o nosso passado neolítico", escreve ele. "No entanto, seu modo de argumentação se apoia fortemente em algumas estratégias retóricas. Uma é a falácia da bifurcação, na qual somos apresentados a uma falsa escolha entre duas alternativas mutuamente exclusivas." Então, ele passa a detalhar o que, segundo

diz, são discrepâncias entre as fontes citadas e as conclusões a que os autores chegam. Wengrow escreveu uma resposta a Appiah no *NYRB*, na qual defende a tese dele e de Graeber, à qual Appiah respondeu com mais alegações de má interpretação. O filósofo concluiu, no entanto, com a celebração do "trabalho de dois estudiosos notáveis" que "em quase todas as páginas é energizado por sua inteligência, imaginação e senso de malícia".

Apesar dessas palavras calorosas, as críticas não foram totalmente esquecidas. Wengrow não soa tão amargo quanto confuso. "Anthony Appiah o leu como um livro utópico", diz. "Acho difícil entender isso. Parece tão antiutópico quanto você poderia imaginar." "Utópico" é, provavelmente, a palavra errada. Os autores fazem questão consciente de rejeitar a romantização de Rousseau do "nobre selvagem". Mas é justo dizer que muitas de suas caracterizações de formas antigas de organização social tendem a ser mais progressistas, ou projetam a sociedade ocidental moderna na luz mais desfavorável.

Outro estudioso, o historiador David A. Bell, criticou Graeber e Wengrow em seu argumento de que o Iluminismo foi inspirado em grande parte pela "crítica indígena" encontrada pelos primeiros colonialistas. Bell afirmou estar "chocado" com o entendimento de Graeber e Wengrow do Iluminismo francês. Ele referiu-se a "uma espantosa coleção de erros" e acusou os autores de chegarem "perigosamente perto da negligência acadêmica". O foco principal da reclamação de Bell concentra-se na obra do Barão de Lahontan, nobre francês que escreveu um livro baseado em suas viagens chamado *Dialogues Avec le Sauvage Adario*. Graeber e Wengrow sustentam que Adario, que faz uma crítica astuta da perspectiva europeia e oferece visões progressistas sobre religião, é realmente apenas um pseudônimo para Kondiaronk, um diplomata e guerreiro nativo norte-americano da vida real, conhecido por seu intelecto e sua capacidade de debate. Eles chegam a sugerir que os argumentos de Adario/Kondiaronk foram fundamentais para moldar o Iluminismo francês. Bell acredita que esse é um erro flagrante que decorre de uma falsa compreensão da literatura do século XVIII, que muitas vezes usou indígenas para transmitir as opiniões progressistas da época.

Wengrow diz estar muito ciente dessa tradição, e não acredita que os *Diálogos* façam parte dela. "Acho que comparando Lahontan com as *Viagens de Gulliver*, o professor Bell deu um passo para o precipício, do qual agora poderá ter de se extrair", diz ele, entre risadas. Se Wengrow está incomodado com esses ataques, não demonstra. Mas ele admite que a experiência de estar sujeito a uma atenção crítica tão feroz lhe deu certa simpatia por nomes como Pinker e Diamond, porque entende que eles são "condenados" por serem *best sellers*, apesar dos esforços intelectuais que aplicam em seus trabalhos. Dito isso, ele não se arrepende de admoestá-los por suas "ideias terrivelmente antiquadas sobre a pré-história humana".

Controvérsia. Wengrow, à direita, agora defende o legado do parceiro Graeber, morto há dois anos

KALPESH LATHIGRA

Os críticos apontam erros factuais na obra e um viés militante da dupla

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves

A versão paulista do Bezerro de Ouro durou pouco

A religião neoliberal

RESENHA DOMINÂNCIA FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL REMAM CONTRA O CONSENSO QUE NOS APRISIONA

POR LÍCIO DA COSTA RAIMUNDO*

A gestão da moeda e das finanças públicas talvez nunca tenha, na história das modernas sociedades ocidentais, estado submetida a tamanha mistificação como está instalada nos dias que correm. Aprisionada no teto de gastos e nas aporias do modelo de Banco Central independente, a administração da coisa pública nas searas monetária e financeira virou, de forma ampla, matéria de "especialistas".

Esses especialistas ministram seus conhecimentos técnicos com o objetivo de promover o bem comum, numa postura que se opõe à daqueles que, supostamente, querem se apoderar do Estado para beneficiar-se individualmente. Essa paranoia nasce com os primeiros movimentos de teóricos como F. Hayek, ainda nos anos 1930.

O recém-lançado *Dominância Financeira e Privatização das Finanças Públicas no Brasil*, organizado por Rudinei Marques e José Celso Cardoso Jr., pretende nos lembrar que a verdade revelada deixou de servir como guia inequívoco de orientação ética ao homem desde os primórdios do século XV, no alvorecer do capitalismo comercial e da Renascença, sua meia-irmã. Para tanto, dedica-se a apresentar ao leitor de que forma a finança pública, a dívida pública e a gestão da moeda foram capturadas, no Brasil contemporâneo, por aqueles que se arvoram no direito e nos prestam o abnegado (des)serviço de nos livrar a todos dos males causados por uma gestão pública que esteja ancorada em decisões de ordem política.

O recurso mais intenso à violência do Estado para impor a razão neoliberal aos recalcitrantes, que insistem em querer viver em uma democracia liberal, faz-se mais visível, em conluio com a voz altissonante dos vencedores, comandantes da mídia, ou daqueles que não sabem bem quem são os culpados por sua vida se tornar a cada dia pior. E, exatamente por não o saberem, aliam-se, de maneira raivosa, àqueles que os ameaçam de forma dissimulada.

Contra esse consenso mal dissimulado, o livro de Marques e Cardoso Jr. apresenta-se como uma voz dissonante, justamente por ser constituído por artigos críticos dessa ordem econômica e social. Ao tratar com maestria as estratégias sutis (ou nem tanto) que urdem as formas em que hoje se faz a gestão pública da moeda, do crédito e das finanças públicas, o livro nos conta outra história, das possibilidades de retomada das finanças públicas pela política, ou pelo *político*, nos termos da filósofa belga Chantal Mouffe.

DOMINÂNCIA FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL

Por Rudinei Marques e José Celso Cardoso Jr. (org.). Fonacate, (Disponível para *download*)

Ou seja, vislumbram-se, a partir dessa leitura, novas e promissoras possibilidades – e até mesmo a necessidade – de que a gestão das finanças públicas, da dívida pública e da moeda volte a ser feita a partir de antagonismos que se resolvem no campo da política e nos espaços participativos de uma sociedade democrática.

Sociedade ideal esta que maneja seus instrumentos para alcançar o maior nível possível de bem-estar para todos os cidadãos e não nos escaninhos das forças econômicas que, de forma nem sempre visível, manejam as decisões no campo das finanças públicas de modo a locupletar-se e manter, se possível para sempre, as estruturas que perpetuam a desigualdade e o subdesenvolvimento no Brasil. •

**Economista pela USP, mestre e doutor em Economia pela Unicamp. É professor de Economia na Facamp.*

ISTOCKPHOTO

Múltipla Joyce

MÚSICA Em *Brasileiras Canções*, a cantora e compositora registra um Brasil devastado e vai além do "eu feminino"

POR SÉRGIO MARTINS

Joyce Moreno é "pá-pum". Desde 1976, quando lançou *Passarinho Urbano*, a cantora, compositora e violonista carioca registra seus discos praticamente como se estivesse em uma apresentação ao vivo. Quer, dessa forma, evitar a frieza dos estúdios de gravação. "O clima fica mais caloroso", diz.

Brasileiras Canções, 42º álbum de sua carreira, gravado no Rio de Janeiro entre março e abril deste ano, chega na sexta-feira 5 às plataformas. A pressa, no seu caso, não é inimiga da perfeição. Nas 12 faixas, a artista explora gêneros como samba, choro e valsa, temperados pelo toque jazzístico de seu violão e de sua voz suave. É o segundo produto de fôlego de Joyce nos últimos dois anos. Em 2020, ela lançou *Aquelas Coisas Todas*, livro onde fazia uma retrospectiva de carreira e trazia um Brasil poético e – por que não dizer? – possível.

O novo álbum tem como cenário, no entanto, um país devastado pela crise e pela pandemia. "A nossa geração acreditava no Darcy Ribeiro e na Era de Aquarius", afirma. O processo de composição das faixas que chegam agora ao público teve início nos primeiros meses de pandemia. Não é de surpreender que algumas das letras falem do período turbulento atravessado pelo Brasil.

É o caso de *A Palavra Exata*, na qual ela faz referência à "bala de prata" – que, como diz na conversa, "mata o vampiro". No choro *A Morte É Uma Invenção*, com a participação de Moacyr Luz, a compositora trata da morte. "Por que não falar de morte, visto que presenciamos a morte de pessoas queridas? Queria falar dela como se ela fosse vista do alto", explica.

Quando se interessou pela música, nos anos 1960, Joyce, que em 2007 adotou o sobrenome do marido, o baterista Tutty Moreno, escolheu o violão como companheiro de palco. "A Bossa Nova estava em plena efervescência e havia outras cantoras violonistas – Nara Leão e Wanda Sá, por exemplo". Apesar de fazer parte da geração da Bossa Nova, ela sempre se diferenciou por ter um estilo mais balançado e vigoroso, classificado como *hard bossa*, e por conversar com outras "escolas", como a do Clube da Esquina. No início dos anos 1980, caiu no gosto popular quando *Feminina* e *Clareana*, canções do álbum *Feminina* (1980), entraram na programação das rádios. Instrumentista de dedos cheios, chegou a substituir o violonista Toquinho em apresentações nos anos 1990 e foi descoberta pelos DJs ingleses. A canção instrumental *Aldeia de Ogum* ganhou remixes para as pistas e, a partir de então, a cantora passou a ser reverenciada não apenas pelos fãs de MPB, mas também por acólitos da música eletrônica.

> O violonista Chico Pinheiro, sobre a parceira: "Ela tem uma generosidade e uma inteligência ímpares"

Provavelmente, não por mera coincidência, *Brasileiras Canções* traz outro compositor do período da Bossa Nova redescoberto pelos DJs britânicos: Marcos Valle. Ele assina a delicada *Nas Voltas do Tempo*. "Mandei a melodia e ela se encantou. Criou então uma introdução para a música que eu tinha composto. Joyce só me dá satisfação", diz Valle. Joyce conta que sua principal influência para a faixa foi Dorival Caymmi.

Uma das particularidades de Joyce são as letras escritas no "eu feminino", desde quando isso era pouco usual. A canção *Me Disseram* (1967) trazia o verso "me disseram que meu homem não me ama". Ao ser apresentada em um festival de música, causou escândalo. O público implicou com o termo "meu homem". "Nunca perguntei, nunca pedi licença para colocar isso nas minhas letras porque sempre foi algo natural", explica. "Falei do ponto de vista da mulher, da jovem e da velha que sou", ironiza ela, que foi gravada por artistas do quilate de Maria Bethânia, Elis Regina, Elizeth Cardoso e Gal Costa.

Em *Brasileiras Canções*, curiosamente, a composição onde o "eu feminino" foi escrita por um homem, o poeta português Tiago Torres da Silva. Eu sou o que bem quiser/ Eu sou tantas e não esqueço/ Que ser eu e meu avesso/ É o que me torna mu-

LEO AVERSA

Estrada. O novo álbum é o 46º da consistente carreira de Joyce Moreno e mistura samba, choro e valsa, temperados pelo toque jazzístico do violão e da voz da intérprete

lher dizem os versos de *Tantas Vidas*, que traz Mônica Salmaso como convidada. "Não quero ser obrigada pelo resto da vida a falar do eu feminino", diz Joyce, agora que o esse "eu" se multiplicou.

O violonista e guitarrista Chico Pinheiro, que participa da faixa instrumental *Não Deu Certo (Mas Foi Divertido)*, aponta outra qualidade de Joyce Moreno: a de *band leader*. "Ela tem uma generosidade e uma inteligência ímpares e nos dá liberdade na hora de criar, uma característica dos grandes jazzistas."

Alfredo Del-Penho, parceiro de composições e de instrumentos, também destaca a liberdade criativa da cantora. Na década passada, os dois se uniram no projeto *Pequenos Notáveis*, que repassava a trajetória dos grandes nomes da música brasileira – e era exibido no canal da MultiRio e na TV Bandeirantes. "Para escolher o repertório, nos encontrávamos na casa dela, e passávamos a tarde tocando tudo o que conhecíamos do repertório do artista escolhido. Impressionavam o conhecimento e a cultura dela", diz Del-Penho.

Ao lançamento de *Brasileiras Canções* se seguirá um disco ao lado do maestro alemão Claus Ogerman (produtor de *Amoroso*, de João Gilberto, e de vários discos de Tom Jobim), que sairá pelo selo inglês Far Out. Gravado na década de 1970, o trabalho estava desde então engavetado por problemas contratuais. Após a morte de Ogerman, em 2016, tiveram início longas conversações. Se nem tudo na vida de Joyce é na base do "pá-pum", tudo é feito para durar. •

Cachorro louco

▶ Dentro e fora dos campos, o velho ditado "agosto, mês do cachorro louco" parece mais válido que nunca

Neste momento tumultuado atravessado pelo mundo e, em especial, pelo Brasil, neste período pré-eleitoral, me voltou à cabeça o velho ditado ouvido desde a infância: "Agosto, mês do cachorro louco". Tudo a ver. Durante um bom tempo, pensei que esse fosse um ditado muito comum. Consultando pessoas próximas vi, no entanto, que não é tão conhecido assim.

Deve ser coisa do interior, do tempo em que, nesta época do ano, havia surtos de raiva entre os cachorros. Mas o dito me parece muito apropriado para os dias que estamos vivenciando. E tenha a frase algum sentido ou não, o fato é que o mês de cachorro louco está aí, e não se pode dar a chance de que sirva de pasto aos celerados que começam a dar mostras de suas intolerâncias doentias.

O clima pesado manifesta-se em todos os ambientes. E não poderia ser diferente entre os torcedores que buscam, no conforto de seus grupos, o ânimo para desabafar e botar para fora as emoções represadas no dia a dia de tantas dificuldades. Nem mesmo entre os torcedores do mesmo time a tensão parece possível de ser contida. Isso se evidencia nas cenas tristes vistas, estes dias, nas torcidas de alguns clubes.

Desta vez foi uma torcida do Paraná que ficou sem um dos seus líderes, que acabou pisoteado pelo cavalo da Polícia Militar durante um tumulto nas cercanias do estádio. A partida, entre o Santa Quitéria e o Fortaleza, times do futebol amador, terminou com três pessoas feridas. Nada a ver com o que deveria ser um espetáculo de futebol.

No futebol profissional, quando a bola volta a rolar, temos de tudo: do início do segundo turno do Brasileirão, que segue primando por sua irregularidade, à reabertura dos campeonatos da temporada europeia.

Na Europa, a expectativa maior, depois das transações da janela de transferência, é mesmo para a evolução do Paris Saint-Germain (PSG), que manteve em seu time Messi, Neymar e M'Bappé, sem falar nos outros astros.

No papel, o PSG segue sendo o melhor time do mundo neste ano que tem, no meio do caminho, a Copa do Catar.

Entre nós, a temporada vai se encaminhando para as fases finais da Copa do Brasil, da Libertadores e de outros campeonatos nas várias séries, faixas de idade e no futebol feminino – nossa seleção venceu a Colômbia, conquistando a Copa América Feminina pela oitava vez e classificando-se para a Olimpíada e o Mundial.

No vaivém dos jogadores, enquanto se esgotam os prazos e seguem os horrores da guerra na Ucrânia – que têm reflexos sobre a movimentação de jogadores –, o arranjo provisório mexe também nos clubes brasileiros.

As confusões têm sido grandes entre clubes e jogadores, a começar pela rebeldia no grandioso Manchester United. Em um amistoso de preparação, alguns jogadores abandonaram o campo. Após ser substituído no intervalo, sem ter marcado gol, Cristiano Ronaldo foi um dos que deixaram o Old Trafford antes do fim da partida. Por aqui, comenta-se, com insistência, o interesse do Flamengo pelo craque português – na prática, já desligado do clube inglês.

A encrenca repete-se no francês Olympique de Marseille, com a revolta coletiva dos jogadores contra as medidas impostas pelo técnico croata Igor Tudor, contratado para a nova temporada, mas que, pelo jeito, não vai durar muito.

Quando o problema é com um ou outro, vá lá, mas, quando desagrada à maioria, sobra para o treinador que, às vezes, cai na ilusão de ter respaldo da direção. Outras vezes, trata-se de figuras autoritárias mesmo – algo que não é incomum.

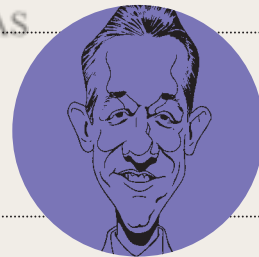
Também por aqui começa a haver, novamente, uma reação dos jogadores contra atitudes consideradas arbitrárias da parte das direções dos clubes. Algumas reações individuais, tornadas públicas, devem aumentar e fazer eco àquelas contra projetos em trâmite no Congresso Nacional que minam direitos dos desportistas profissionais.

Outros acontecimentos do esporte nos últimos dias que exigem reflexão cuidadosa são os casos da contratação do lateral-direito Marcinho pelo Bahia, e a demissão por justa causa de Renan, jogador do Palmeiras emprestado ao RB Bragantino.

No caso do primeiro atleta, a repercussão negativa deu-se pelo fato de o jogador, de 26 anos, ser réu em um processo por atropelamento. O segundo caso também envolve um atropelamento. Renan teve o contrato rescindido após se envolver em um acidente com morte. A reação, da parte da equipe, deve-se, sobretudo, ao fato de o jogador ter sido formado desde os 11 anos de idade. São ambas situações muito delicadas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

Reincidência sanitária

▶ Embora a OMS tenha classificado a varíola dos macacos como uma emergência global, a resposta brasileira mostra-se lenta, débil e desarticulada

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou, em 23 de julho, a varíola dos macacos, uma tradução literal incorreta de *Monkeypox*, como uma nova emergência de saúde pública de preocupação internacional.

O comunicado foi feito após o registro de mais de 16 mil casos – ainda que com apenas cinco mortes diretamente associadas –, em mais de 70 países, em apenas dois meses. Trata-se, só neste século, do sétimo evento classificado como emergência global, todos causados por vírus: Influenza H_1N_1 em 2009, Poliomielite em 2014, Ebola em 2014 e 2018, Zika em 2016 e Covid-19 em 2020.

A classificação de emergência de saúde pública de preocupação internacional é atribuída a doenças causadas por bioagentes, como vírus, bactérias ou parasitas, não por sua gravidade, mas porque se apresentam de forma inesperada ou desconhecida e porque sua disseminação representa riscos de saúde pública global e requer intervenções coordenadas entre vários países.

O *Monkeypox* é bem estudado, ativo na África Ocidental e Central e causa quadros clínicos de leves a moderados. A doença, este ano, além de ter passado a ocorrer onde não era habitual, aumentou nas regiões endêmicas, afetando agora também mulheres e crianças. Trata-se, portanto, de um evento extraordinário, fruto da mutação do vírus e/ou de menor imunidade na população, em virtude do fim da administração da vacina contra a varíola.

Ele exige ações de vigilância epidemiológica coordenadas em nível internacional, primeiro, porque há baixa disponibilidade de meios de antivirais e vacinas. Segundo, porque há dificuldade de implementar um período de isolamento de 21 dias. Terceiro, porque o rastreio de contatos tem sido ineficaz, devido ao perfil de contágio conhecido até ao momento. Por ser uma doença transmissível por contacto físico íntimo e prolongado, sexual ou de outro tipo, tem incidido, sobretudo, em homens que fazem sexo com homens e que mantêm vários parceiros.

O *Monkeypox* tornou-se uma emergência de saúde global não por sua gravidade, mas porque respostas em nível nacional não produzem o efeito desejável. Seu enfrentamento exige maior coordenação científica, tal como se fez durante a Covid-19, e a produção e disponibilização precoce de terapêuticas aos vários países – em especial aos de baixa renda. O desenho das ações deve distinguir os países que ainda não têm casos registados, os que já lidam com transmissões comunitárias e aqueles onde o vírus é endêmico e registam um aumento de contágio.

Uma doença, ao ser classificada como emergência global, obriga os países a respeitar o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), cuja atual versão está em vigor desde 2007 e é, ao lado da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, um instrumento multilateral vinculativo da OMS que tem força de lei no sistema jurídico dos 194 Estados membros.

A resposta brasileira, todavia, continua lenta, débil e desarticulada. O governo Bolsonaro mantém o viés negacionista e parece nada ter aprendido com a tragédia da pandemia de Covid-19. O criminoso desmonte da exitosa estrutura de vigilância do Ministério da Saúde e de sua capacidade de enfrentamento de epidemias e emergências sanitárias, construídas desde o início do século XX, não se resolverá pela mera substituição dos militares e indicados pelo Centrão – sem nenhuma experiência em gestão no SUS – que se apoderaram da estrutura do órgão federal.

Será necessário criar uma Rede Nacional de Controle de Doenças e Emergências Sanitárias, fortalecendo as ações de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do SUS (VigiAR), em parceria e articulação com as demais esferas de governo, universidades, institutos de pesquisa e laboratórios públicos.

Sob a coordenação do Ministério da Saúde e fundamentada em orientação científica, essa rede deve apoiar os gestores do SUS e coordenar as respostas às emergências. Essa Rede terá ainda de assumir a responsabilidade pelo monitoramento de doenças emergentes e reemergentes, e pelos estudos e monitoramento de genômica e resistência bacteriana.

É preciso, mais que nunca, cuidar das ações da vigilância em saúde – epidemiológica, sanitária e ambiental – e buscar minimizar os riscos associados aos desastres e tragédias evitáveis, que acarretam sérios prejuízos à saúde e à sociedade.

A varíola dos macacos já está entre nós. A Covid-19 ainda não se foi. A próxima emergência de saúde global vem aí. Quando, não se pode dizer. Mas não há dúvida de que virá. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO

Democracia e liberdade de imprensa

Não existe democracia sem liberdade de imprensa. E não existe liberdade de imprensa sem democracia, que tem como pressuposto um Estado de Direito alicerçado no respeito aos resultados eleitorais.

Com base em seus princípios de defesa das liberdades de imprensa, de opinião e informação, as entidades da comunicação abaixo subscritas vêm a público reafirmar seu compromisso com o Estado de Direito e as decisões soberanas das eleições, referendadas por uma Justiça Eleitoral cuja atuação tem sido reconhecida internacionalmente.

As entidades também reforçam a importância da atividade ampla e independente da imprensa livre no combate à desinformação que tanto mal causa às democracias. E ressaltam que apenas em ambientes de liberdade política, de solidez das instituições e de pleno respeito à Constituição a missão jornalística pode ser levada aos brasileiros com a abrangência e transparência que as democracias exigem.

Brasília, 2 de agosto de 2022.